REVISTA
COMSEFAZ
DEZEMBRO / 2023 – 7ª EDIÇÃO

A arena dos consensos

Comsefaz inaugura nova sede em Brasília e consolida-se como líder na defesa dos estados e do federalismo brasileiro

Fiscalização das compras internacionais

Programa Remessa Conforme cria novo sistema de cooperação entre estados e União que protege a economia nacional e acompanha os novos hábitos de consumo

Entrevista

Economista Fabrício Oliveira defende uma reforma tributária mais ampla e que tenha como objetivos o fortalecimento do federalismo e a redução das desigualdades

Descontinuidade dos serviços públicos

Alterações no ICMS pelas LCs 192 e 194 colocam em risco a manutenção da sustentabilidade fiscal dos estados

Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal – Comsefaz
SCS Quadra 9, Lote C, Torre B, Sala 703,
Edifício Parque Cidade Corporate, Asa Sul, Brasília -DF,
CEP: 70.308-200 (61) 3326-0284

Presidente
Carlos Eduardo Xavier
Secretário de Fazenda do Rio Grande do Norte

2º Vice-presidente
Gustavo de Oliveira Barbosa
Secretário de Fazenda do Estado de Minas Gerais

3º Vice-presidente
Renê de Oliveira Garcia Junior
Secretário de Finanças do Estado do Paraná

4º Vice-presidente
Luis Fernando Pereira da Silva
Secretário de Finanças do Estado de Rondônia

5º Vice-presidente
Marialvo Laureano dos Santos
Secretário de Fazenda do Estado da Paraíba

Diretoria Institucional

André Horta – Diretor Institucional
Marcela Batista – Secretária Executiva
Bruna Pozzi – Analista Administrativa
Cristiana Sabino – Analista Administrativa
Romina Faria – Assessora Financeira
Jorgina Guimarães – Assessora Parlamentar
Carolina Michelman – Assessora de Economia
Flávio Arantes – Assessor de Economia
Carla Abad – Assessora de Comunicação
Rafael Duarte - Assessor de Comunicação
Paula Melo – Analista de Comunicação
Josevaldo Gonçalves Júnior – Assessor Jurídico

Conselho Fiscal

1º Membro titular
Marcellus Ribeiro Alves
Secretário de Fazenda do Estado do Maranhão

2º Membro titular
Jesus Vidal
Secretário de Fazenda do Estado do Amapá

3º Membro titular
Rogério Gallo
Secretário de Fazenda do Estado do Mato Grosso

Suplente
Flávio Cesar Mendes de Oliveira
Secretário de Fazenda do Estado do Mato Grosso do Sul

COMSEFAZ
COMITÊ NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE FAZENDA DOS ESTADOS E DO DF

Publicação produzida pela In Press Oficina
SHS Quadra 6, Complexo Brasil 21, SHIGS 709, Bloco E, Sala 923 | Asa Sul, Brasília/DF | CEP: 70322-915

Redação
Bruno Rodrigues

Edição
Joana Marins

Arte e Diagramação
Júlio Leitão

Ilustração da Capa
Toninho Euzébio

Redes Sociais
Ana Fonseca

Revisão
Clarisse Mourão

CARTA AO LEITOR

Após anos consecutivos de notícias amargas para os estados, alguns pontos de esperança passam a brilhar no horizonte. Mais conscientes e unidos do que nunca, os entes federados acompanham atentos o avanço de pautas históricas no Congresso Nacional. Nascido com o intuito de unificar e simplificar tributos, o texto da reforma tributária, finalmente, foi votado na Câmara dos Deputados, com a promessa de trazer mais desenvolvimento e riqueza à população.

Entretanto, como nem tudo que reluz é ouro, o Comsefaz se fez presente em diversos fóruns de discussão para que o texto aprovado não se tornasse mais uma fonte de perda de receitas e de autonomia para os estados. Ao longo desta edição, você poderá acompanhar em detalhes as questões que mais preocupam na reforma tributária e quais são as articulações feitas em Brasília, realizadas por secretários de Fazenda de todo o país, para que o federalismo tenha, de fato, o espaço e a importância que merece dentro desse momento histórico.

E, por falar em momento histórico, nesta edição você também vai conhecer as especificidades do programa Remessa Conforme, que moderniza o controle da entrada de produtos internacionais no Brasil. Com uma atuação conjunta entre as receitas federal e estadual, o Brasil tomou a dianteira e encontrou uma solução que aumenta a arrecadação e protege a economia do país frente ao forte avanço de varejistas estrangeiros no mundo pós-pandemia.

No rol das boas notícias, você também saberá detalhes do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que destinará R$ 371 bilhões em investimentos públicos pelo Orçamento da União até 2026. O programa promete levar desenvolvimento e impulsionar obras de infraestrutura nos estados por meio de parcerias público-privadas que contarão com o financiamento federal.

Contudo, uma série de desafios ainda se impõe aos entes federados e esta edição não poderia deixá-los de lado. Por isso, você poderá acompanhar e entender as consequências das alterações de diversas legislações que minguaram os cofres estaduais. Entre elas, está a drástica redução de arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), herança indesejada da desoneração dos combustíveis realizada no governo federal anterior. Para agravar a situação, os entes subnacionais tiveram uma queda acentuada nos repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE), ampliando a crise fiscal e acendendo o sinal de alerta para o que vem pela frente. Fato que preocupa, principalmente, os estados do Norte e Nordeste do país, que têm no Fundo a sua principal fonte de renda.

Na luta pela representação dos estados e do Distrito Federal, diante dessas e de outras pautas de suma relevância, o Comsefaz tem se consolidado como ator de destaque. O Comitê completa o quinto ano de história no dia 15 de janeiro de 2024 e tem acumulado conquistas à altura dos desafios enfrentados. Nesta edição, você poderá conferir detalhes da inauguração da nova sede do Comsefaz em Brasília. O espaço está pronto para sediar reuniões e debates entre os secretários estaduais de Fazenda e governadores sobre assuntos que impactam a saúde financeira dos entes subnacionais e do país.

Boa leitura!

Joana Marins,
editora da Revista Comsefaz.

PALAVRA DO PRESIDENTE

Um pacto para resgatar os estados

A melhora socioeconômica de um país reflete o nível de investimento e autonomia de seus estados. Para tanto, é necessário um grande trabalho de planejamento e articulação dos entes da Federação em defesa dos interesses coletivos.

Uma dessas iniciativas de sucesso é o programa Remessa Conforme, criado pelo Governo Federal e que contou com uma grande força-tarefa dos estados, mobilizados pelo Comsefaz, para integrar as Fazendas e melhorar a eficiência na fiscalização e acompanhamento das compras *on-line* internacionais no território brasileiro.

Sem integração nacional, não existe nação forte. O pacto federativo, consolidado pela nossa Constituição cidadã de 1988, ensina que União, estados e municípios devem caminhar de forma coordenada, na mesma direção. Aliás, é para preservar essa unidade e equilíbrio que o Comsefaz tem buscado sensibilizar os atores políticos e institucionais do país.

Os estados atravessam uma grave crise fiscal, aprofundada a partir de 2022 com a edição de duas leis complementares (LCs 192 e 194), que retiraram mais de R$ 100 bilhões dos governos estaduais, e que, desde então, vem comprometendo a execução de políticas públicas e serviços básicos oferecidos à população. Não bastasse essa grave afronta à autonomia, os estados perderam também com a frustração de receitas do FPE neste ano.

As compensações garantidas pela União, após acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), não cobriram na integralidade o rombo nas contas; e a LC 201/23, embora essencial, foi aprovado com distorções, pois trata de forma desigual os Fundos de Participação dos Estados e Municípios, provocando um desnivelamento injustificável ao federalismo brasileiro.

Diante deste cenário, o país precisa mais do que nunca da sensibilidade dos representantes do povo para reestabelecer o mais importante pacto: resgatar os estados e a defesa da sociedade.

A votação da reforma tributária, em meio a tantas divergências e desafios, é um exemplo de como, numa República Federativa, as responsabilidades são repartidas entre todos os entes.

Imbuído do papel de articulador e mediador das Fazendas estaduais, o Comsefaz tem buscado apoios em todas as instâncias e setores para lembrar da importância de decisões a médio e longo prazo que venham a tornar mais justo o federalismo fiscal brasileiro; e medidas que, a curto prazo, recomponham as graves perdas que comprometeram os orçamentos estaduais.

Finalizo esta carta com uma boa notícia: inauguramos em outubro a nova sede do Comsefaz, em Brasília/DF. Um espaço preparado para receber os representantes dos estados e demais agentes públicos, e com toda essa estrutura à disposição da sociedade para elaboração de pesquisas, promoção de reuniões e de debates públicos. Um espaço plural e democrático que reforça o papel da entidade como protagonista essencial no exercício da representatividade dos estados no federalismo brasileiro.

A 7ª edição da nossa revista do Comsefaz, que chega a suas mãos, vem consolidar essa mensagem.

Boa leitura !

Carlos Eduardo Xavier
Presidente do Comsefaz e secretário
de Fazenda do Rio Grande do Norte

REVISTA COMSEFAZ

DEZEMBRO / 2023

08

PAC

Novo PAC reforça a capacidade de investimento dos estados

14

ENAP

Comsefaz assina protocolo de intenções e fecha parceria com a Escola Virtual de Governo

18

REDUÇÃO ICMS

LCs 192 e 194 seguem colocando em risco o financiamento dos serviços públicos

24

INAUGURAÇÃO SEDE

A arena dos consensos: Comsefaz inaugura nova sede em Brasília

32

REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: equilíbrio federativo é o principal desafio

38

ENTREVISTA

Fabrício Oliveira: "Para refundar a federação precisaríamos de uma reforma tributária mais ampla"

44

FIT 2023

Fórum Internacional Tributário debate PEC 45/19, federalismo e tributação progressiva

48

REMESSAS EXPRESSAS

Remessa Conforme moderniza controle e fiscalização das compras internacionais

54

COMSEFAZ 360

Um giro pela realidade dos estados

62

ARTIGO

Finanças estaduais em retrospectiva: algumas reflexões

65

ARTIGO

A defesa dos estados em meio às nuances do processo legislativo

67

ARTIGO

Educação Fiscal no Brasil: uma história de avanços, retrocessos, resistência e reconstrução

69

SAIBA +

Os eventos que mobilizaram o Comitê

Novo PAC reforça a capacidade de investimento dos estados

Programas e ações anunciados pelo governo federal visam dar fôlego ao caixa dos entes subnacionais

Há décadas os estados enfrentam inúmeras dificuldades para manter a capacidade de investimento em serviços essenciais e obras de infraestrutura. Com a queda acentuada de arrecadação e de repasses da União, os entes subnacionais viram os recursos minguarem. Diante desse quadro alarmante, o governo federal anunciou uma série de medidas para recomposição do pacto federativo e para a retomada de investimentos por intermédio do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), marca do governo anterior do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teve sequência nas gestões da ex-presidenta Dilma Rousseff.

A capacidade dos governos estaduais realizarem investimentos estruturais é constantemente enfraquecida com a redução das receitas e dos aparatos públicos, fundamentais para o incentivo à atividade econômica. Por

serem despesas sem vinculação obrigatória, acabam sofrendo mais diretamente as oscilações quando ocorrem alterações nos quadros fiscais dos governos locais.

Nas últimas décadas, a redução estrutural das receitas estaduais gerou uma tendência de poucos investimentos, frequentemente inferior a 5% da Receita Corrente Líquida (RCL) na maioria das Unidades Federativas. No início da década de 90, os investimentos dos entes subnacionais representavam cerca de 2,8% do Produto Interno Bruto (PIB) enquanto que em 2021 esse valor foi de 1,12% do PIB.

Anunciado em agosto pelo presidente Lula, o novo PAC é composto por seis eixos principais: transportes, infraestrutura social, inclusão digital e conectividade, infraestrutura urbana, água para todos e transição energética. O objetivo é retomar a capacidade de planejamento de longo prazo e impulsionar o ciclo de investimentos estratégicos por todo o país.

O programa destinará R$ 371 bilhões em investimentos públicos pelo Orçamento da União até 2026. O governo federal também incluiu financiamento de bancos públicos, investimentos de concessões e parcerias público-privadas federais e aplicações de recursos de estatais, sobretudo da Petrobras. Com essas iniciativas, os valores podem chegar a R$ 1,7 trilhão nos próximos três anos e gerar 4 milhões de empregos.

"Queremos promover o investimento não só no plano federal, mas também no municipal e estadual. O que conta é aquilo que vai gerar bem-estar e possibilidade de investimento. Nós temos uma grande oportunidade de fazer isso agora", afirmou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, durante o anúncio das ações do Novo Ciclo de Cooperação Federativa, conjunto de iniciativas do Tesouro Nacional destinado a reformular o pacto federativo brasileiro.

Para o diretor institucional do Comsefaz, André Horta, a retomada de um diálogo com a União é fundamental para devolver aos estados e aos municípios o protagonismo e a capacidade de investimentos perdidos nos últimos anos com a retração dos repasses federais.

R$ 1,7 trilhão

VALOR PREVISTO PELO NOVO PAC ATÉ O FINAL DE 2026

A ESTIMATIVA É QUE O PROGRAMA POSSA GERAR

4 milhões de empregos

"Nós propusemos ao Comsefaz (...) que para reduzir os custos de obras tão importantes para as logísticas do país, que são as ferrovias, nós 'zerássemos' o ICMS. E a boa notícia é que, articulado pelo ministro Renan, o Comsefaz aprovou o ICMS zero para todas as obras de ferrovias do país."

Rui Costa, Ministro da Casa Civil do Governo Federal.

"Os estados querem reduzir desigualdades e precisam de investimentos da União para que haja essa redução. Tem que haver investimento para que não tenhamos brasileiros de segunda categoria. Para que todo brasileiro receba, *per capita*, a mesma quantidade de recursos, não importa onde tenha nascido. Essas medidas anunciadas celebram a nova saúde federativa do país", destaca.

A secretária da Fazenda do Rio Grande do Sul, Pricilla Maria Santana, enxerga o novo PAC como uma possibilidade concreta de ampliar obras de infraestrutura, mas ressalta que é fundamental que os estados tenham o poder de decisão na seleção dos projetos.

"Acredito que programas de investimento bem-estruturados têm a capacidade de resgatar a pujança dos estados, mesmo num cenário tão delicado como o que estamos vivenciando nos dias de hoje, de perda crescente de arrecadação. A minha expectativa com esse novo PAC é que possamos ser capazes de escolher os projetos que terão efeito maior sobre a economia dos nossos estados", afirmou.

Pricilla lembra que as aplicações da União têm reflexo direto nos cofres estaduais.

"Um estudo do Rio de Janeiro realizado para avaliar o efeito multiplicador fiscal dos investimentos públicos mostra que, para cada real gasto pela União nos estados, é gerado um crescimento no PIB de R$ 1,62. E esse crescimento reflete-se no ICMS dos estados em R$ 0,80 centavos. Numa trajetória que se promete um PAC na casa do trilhão, certamente isso será vantajoso para as receitas estaduais", projeta.

O potencial do programa para a geração de emprego e renda de Norte a Sul do país é outro ponto positivo destacado pela secretária da Fazenda de Sergipe, Sarah Tarsilla Andreazzi.

"O novo PAC é um programa extremamente relevante para o Sergipe, para o Nordeste e para o Brasil. Nós precisamos de investimento em infraestrutura para tornar o país viável para investidores. Por isso, entendo que é papel da União atuar como vetor de investimento em infraestrutura. Precisamos desse apoio e está certo o programa ter esse olhar federativo."

A secretária explica que um estado do porte de Sergipe não tem condições de realizar obras de infraestrutura de grande proporção por conta de limitações orçamentárias.

"As contas de Sergipe são equilibradas e o estado não tem dívidas. Mas, por ser pequeno, não temos muitas fontes de financiamento. Só podemos investir 8% da nossa receita em obras de infraestrutura, o que representa R$ 800 milhões. É um valor insuficiente para realizar intervenções de grande porte. Nossa receita é de R$ 13 bilhões por ano e precisamos cumprir os índices exigidos por lei e todos os deveres de serviços públicos do estado", acrescenta.

"O novo PAC é um programa extremamente relevante para o Sergipe, para o Nordeste e para o Brasil. (...) É papel da União atuar como vetor de investimento em infraestrutura. Precisamos desse apoio e está certo o programa ter esse olhar federativo"

Sarah Tarsilla Andreazzi, Secretária de Fazenda de Sergipe.

Ferrovias terão isenção de ICMS

Outra medida do novo PAC é a isenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para projetos do modal ferroviário. O benefício está condicionado à comprovação do efetivo emprego das mercadorias e bens nas respectivas redes ferroviárias de transporte, e que estes estejam beneficiados com isenção ou alíquota zero dos Impostos de Importação (I.I) ou Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Os estados e o Distrito Federal renunciaram à cobrança do ICMS que recairia sobre obras, trilhos, terminais ferroviários e outros empreendimentos do setor. O objetivo é facilitar o escoamento da produção nacional e a integração regional do país, incentivando a expansão e a modernização da malha férrea.

No caso do Rio Grande do Sul, a secretária estadual da Fazenda acredita que a isenção trará investimentos para a região, inclusive com o potencial de ampliar o comércio internacional. "O Rio Grande do Sul está no centro do Mercosul. Se a gente conseguir revitalizar o potencial de escoamento e o aprimoramento, o comércio com os países do bloco pode ser muito elevado. Como a nossa malha ferroviária está desativada, entendemos que se trata de um investimento, e não um gasto", analisa.

O convênio que possibilitou a renúncia do ICMS para as ferrovias só foi possível graças a um entendimento conjunto dos estados. Durante o lançamento do novo PAC no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, enalteceu a contribuição dos secretários de Fazenda dos 26 estados e do Distrito Federal pela aprovação da medida.

"Nós propusemos ao Comsefaz (...) que para reduzir os custos de obras tão importantes para as logísticas do país, que são as ferrovias, nós 'zerássemos' o ICMS. E a boa notícia é que, articulado pelo ministro Renan, o Comsefaz aprovou o ICMS zero para todas as obras de ferrovias do país."

Garantia federal para PPP

Contando com incentivos da União, o programa de Parceria Público-Privada (PPP) também deverá ter impacto direto nos investimentos em obras de infraestrutura dos estados. O governo federal vai conceder garantias para que os entes possam acelerar a realização de novos projetos por meio dessas parcerias.

A partir de agora, o estado, ou o município, que estruturar uma PPP poderá contar com a União para financiar a operação, seja por meio de uma instituição financeira interna, seja por meio de uma instituição financeira externa. O modelo permite, por exemplo, a execução de projetos em saúde, iluminação pública, coleta e tratamento de lixo, redes de água e esgoto, rodovias, entre outros.

"Os estados querem reduzir desigualdades e precisam de investimento da União para que haja essa redução (...) Essas medidas anunciadas pelo Tesouro celebram a nova saúde federativa do país"

André Horta, Diretor Institucional do Comsefaz.

"Com a União como garantidora, o parceiro privado que irá executar a PPP tem a certeza de que, caso o ente subnacional não cumpra com seu papel, a União irá fazê-lo. Isso favorece o aumento de PPPs", explica o presidente do Grupo de Gestores das Finanças Estaduais (Gefin), Elói Astir Stertz.

A garantia federal será concedida aos estados com contas públicas saudáveis, considerando o critério de Capacidade de Pagamento (Capag) do Tesouro Nacional. O aval federal poderá ser concedido para o financiamento de aportes ou de contraprestações continuadas. Outro ponto positivo que a concessão de garantia da União assegura é a redução dos prazos médios para a liberação dos financiamentos.

A medida também reduz custos ao contar com lastro da União, pois o crédito fica mais barato. Além disso, a alternativa diminui os riscos para os parceiros privados, que terão menor neces-

sidade de alavancagem financeira. O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, anunciou que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) já tem uma linha pronta para operar dentro dos novos parâmetros.

O presidente do Gefin avalia que "as parcerias com o setor privado são muito bem-vindas quando o estado não tem capacidade de investimento para atender as políticas públicas". Por outro lado, entende que é importante ter um controle efetivo desses contratos, haja vista experiências anteriores que impunham despesas maiores para os governos quando era necessário o reequilíbrio.

A secretária da Fazenda do Rio Grande do Sul, Pricilla Maria Santana, também considera as PPPs uma alternativa interessante para os estados. Entretanto, faz um alerta: os governos estaduais necessitam realizar capacitações técnicas e desenvolver bons projetos para aproveitar as garantias oferecidas pela União.

"Programas de investimento bem-estruturados têm a capacidade de resgatar a pujança dos estados, mesmo num cenário tão delicado como estamos vivenciando nos dias de hoje, de perda de arrecadação"

Pricilla Maria Santana, Secretária de Fazenda do Rio Grande do Sul.

"A PPP é uma medida extremamente interessante do ponto de vista de planejamento orçamentário e de investimentos. É claro que a ajuda da União em se oferecer para financiar mediante a concessão de garantia é uma medida de mitigação de risco e tende a aumentar o sucesso. Mas não é o suficiente. O principal gargalo no Brasil para PPP e, até investimento público, é o projeto. Então, a capacitação técnica dos estados em desenvolver projetos estruturados na área de infraestrutura é um desafio", concluiu.

Comsefaz assina protocolo de intenções e fecha parceria com a Escola Virtual de Governo

Comsefaz será parceiro na construção de conteúdos para cursos. Plataforma já conta com 10 milhões de usuários

O Comsefaz é o novo parceiro da Escola Virtual de Governo (EVG), uma das iniciativas da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). A assinatura do protocolo de intenções ocorreu dia 19 de outubro, durante a solenidade de comemoração pelos 5 anos da EVG, e contou com a presença de mais 50 instituições parceiras, entre públicas e privadas, que também assinaram o documento.

O protocolo de intenções é um instrumento de cooperação entre órgãos, não oneroso, firmado previamente à celebração de acordo. A parceria entre o Comsefaz e a Enap foi aprovada pelo colegiado de membros do Comitê por unanimidade.

A maioria dos cursos oferecidos pela EVG é aberta e gratuita a qualquer cidadão e tem como foco a capacitação de servidores públicos.

Mais de 10 milhões de usuários já se inscreveram em cursos de educação continuada da EVG. Atualmente, na plataforma, são oferecidos 559 cursos abertos, 19 cursos exclusivos e mais de 4,6 milhões de certificados já foram emitidos.

A presidente da Enap, Betânia Lemos, comemorou a chegada do Comsefaz na EVG e já antevê as contribuições que o Comitê proporcionará à área de educação fiscal:

"Estamos comemorando 5 anos da EVG e aproveitamos esse momento para poder reconstruir as parcerias que estavam muito afastadas nesse longo período sombrio que a gente passou no Brasil. Então, nesse fim de ano, comemoramos o retorno das parcerias. E a parceria com o Comsefaz está nesse contexto. Da gente retornar a trabalhar junto com os estados, trabalhar juntos com os municípios, para construirmos um Brasil melhor. Um governo federal sozinho não constrói nada. A gente tem que estar junto. Nesse contexto, entra o Comsefaz para a gente atuar junto de novo na educação fiscal, que é um tema tão caro e tão importante pra nossa escola", afirmou.

Mais conteúdo

A Escola Virtual de Governo oferece quatro tipos de modalidades de adesão: conteudista, certificadoras, patrocinadoras e gestoras.

O Comsefaz será um parceiro conteudista, ou seja, dotado de legitimidade técnica em assunto específico e, por isso, responsável pela produção de cursos de interesse nos serviços de hospedagem fornecidos pela EVG.

Segundo o regimento da Enap, o desenvolvimento dos cursos é de responsabilidade da instituição parceira e podem ser executados diretamente por ela ou de forma terceirizada.

"A Escola Virtual de Governo é uma iniciativa da Enap, mas é uma escola de todos os governos do Brasil, nas esferas federal, estadual, municipal e de associações. Então, é uma escola de todos para todos. Podemos utilizar nossos cursos que já estão disponíveis na plataforma, mas podemos construir cursos para disponibilizá-los. A EVG também pode auxiliar e ajudar na construção dos cursos caso a instituição parceria não tenha essa *expertise*. Quanto mais pessoas e instituições com cursos na escola, a gente vai ter mais difusão do conhecimento para chegar com temas importantes a mais pessoas, como a educação fiscal. Hoje temos mais de 10 milhões de usuários na plataforma e esperamos crescer cada vez mais", conta Betânia.

Além da divulgação da parceria pela plataforma entre os secretários das Fazendas e os assessores técnicos dos órgãos estaduais, o Comsefaz vai criar cursos próprios na EVG com temáticas relacionadas às pautas defendidas pelo Comitê.

As áreas que devem ser trabalhadas ainda estão sendo analisadas pela diretoria institucional e assessoria técnica do Comsefaz. No entanto, além da educação fiscal já citada pela presidenta Betânia Lemos, o federalismo também é um tema caro ao Comitê e deve ser levado com mais profundidade à sociedade, a partir de 2024. Um curso atualizado sobre o federalismo tem o apoio da Enap.

"O federalismo é caro para o Comsefaz, caro para a Enap e caro, principalmente, para o presidente Lula. Sob a orientação dele, estamos trabalhando fortemente na Enap com parcerias, com instituições representativas, como o Comsefaz, o Consad e outras... estamos trabalhando com associações de municípios e diretamente com os estados, onde as políticas são efetivadas e chegam para a população. Cada vez mais queremos ter parcerias para poder apoiar, por meio de capacitação e apoio institucional, com inovação no governo, poder apoiar as instituições e construir juntos um novo Brasil", afirmou.

"Quanto mais pessoas e instituições com cursos na escola, a gente vai ter mais difusão do conhecimento para chegar com temas importantes a mais pessoas, como a educação fiscal. Hoje temos mais de 10 milhões usuários na plataforma e esperamos crescer cada vez mais"

Betânia Lemos, Presidente da Enap.

Comsefaz mais próximo da sociedade

Além da qualificação do corpo técnico e político com cursos aprofundados sobre temáticas ligadas ao dia a dia, o Comsefaz espera alcançar a sociedade, oferecendo educação fiscal na plataforma da Escola Virtual de Governo.

O diretor institucional do Comsefaz, André Horta, destaca a importância da parceria:

"A parceria com a Escola Virtual de Governo, através da Enap, abre para o Comsefaz uma enorme janela de oportunidades. Temos buscado qualificar nosso corpo técnico e, agora, com a chance de contribuir, também, com a capacitação servidores públicos, gestores e demais cidadãos. A educação fiscal e o federalismo são temas importantes porque influenciam diretamente a vida das pessoas. Temos, agora, um debate nacional sobre a reforma tributária e a sociedade precisa entender o que está acontecendo, o que está sendo discutido. Porque estamos falando da vida das pessoas. É o que vai acontecer com a nossa vida que está sendo analisada, debatida e decida pelos parlamentares. Então, essa parceria com a Enap tem tudo para dar ótimos frutos", afirmou Horta.

LCs 192 e 194 seguem colocando em risco o financiamento dos serviços públicos

Após sucessivos ataques, subnacionais enfrentam dificuldades fiscais para não descontinuar serviços públicos

As mudanças nas legislações que tratam da incidência do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis, promovidas em 2022 pelo governo federal anterior, impuseram severas perdas para os estados e municípios e comprometeram a execução de políticas públicas. Para agravar a situação, os estados estão sofrendo com a queda acentuada da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), que afetam o Fundo de Participação dos Estados (FPE), ampliando a crise fiscal e acendendo o sinal de alerta para o que vem pela frente.

Conforme alertado durante as respectivas tramitações, as Leis Complementares 192/2022 e 194/2022 trouxeram reduções estruturais nos orçamentos dos entes subnacionais, retirando mais de R$ 100 bilhões por ano da arrecadação. As estimativas de impacto das inovações legislativas divulgadas pelo Comsefaz têm sido confirmadas por especialistas em finanças públicas, como mostrou recentemente o economista Sergio Gobetti, que apontam para a queda de R$ 102 bi.

Esses recursos são fundamentais para preservar o funcionamento dos serviços públicos ofertados à sociedade. Além da recente deterioração do ICMS, os estados se arrastam com décadas de involução de suas receitas: em 1964, detinham 38,3% da distribuição do bolo tributário por ente da federação, chegando a apenas 25% na última década. Esse processo foi fruto de uma série de medidas que erodiram as fontes de financiamento dos entes intermediários, como a retirada da tributação de Imposto de Renda sobre distribuição de lucros e dividendos e a desoneração do ICMS sobre exportação - que nunca foram devidamente compensadas pela União e que limitaram a autonomia política dos governos estaduais. Em contraposição a isso, ocorreu o crescimento significativo de gastos sociais vitais para atender à população.

"As perdas de arrecadação decorrentes das LCs 192/2022 e 194/2022, agravadas pelas recentes quedas do FPE, e cuja ausência, nesse momento sensível de desequilíbrio fiscal, inviabiliza a execução das políticas públicas estaduais, causam prejuízos irreparáveis à população, cujos serviços públicos são essenciais à sua vida, saúde, segurança, bem-estar e dignidade", lembrou a secretária de Alagoas, Renata Santos.

R$ 100 bilhões

QUEDA ANUAL DO REPASSE DE ICMS APÓS AS LEIS COMPLEMENTARES 192/2022 E 194/2022.

"A capacidade fiscal do estado do Amapá encontra-se no limite da sustentabilidade. Mal tivemos a recomposição das perdas de arrecadação ocorridas no segundo semestre de 2022, enfrentamos, agora, novas perdas com o FPE. Caso essas perdas não sejam recompostas, nos obrigarão a contingenciar, também, recursos relativos a obras e projetos"

Jesus Vidal, Secretário de Fazenda do Amapá.

Apesar de importante, LC 201/2023 é insuficiente para reverter os danos fiscais recentes

Após meses de negociação, estados e União selaram um acordo para garantir os aperfeiçoamentos nas Leis Complementares 192/2022 e 194/2022, além da compensação parcial das perdas sofridas durante o 2º semestre de 2022 no valor de R$ 27 bilhões, período em que foi registrada uma queda de receita de R$ 45 bilhões.

O texto encaminhado pelo governo federal ao Congresso traduzia na sua integralidade os termos do acordo homologado pela Suprema Corte. Ele possibilitava a compensação dos valores acordados e revogava partes inconstitucionais.

"Sem dúvida nenhuma, a aprovação da PLP 136/2023 foi importante, mas, mesmo assim, é insuficiente. Quando planejamos o orçamento, não era possível imaginar que a receita iria cair dessa maneira. Vejo os estados numa situação bem complicada e, se continuar assim, nenhum sobrevive", afirma Fabrizio Gomes.

A medida paliativa de compensar as perdas das leis relativas ao exercício de 2022, por certo, não resolve a crise fiscal dos entes subnacionais a médio e a longo prazo. Além disso, revogações importantes de trechos flagrantemente inconstitucionais foram adiadas e prolongam uma situação de fragilidade fiscal e afrontam a autonomia estadual. Como a alínea "b" do inciso V do *caput* do art. 3º da LC 192, que obriga a aplicação de alíquota *ad rem* e a definição via lei federal, que aponta que determinados bens são considerados essenciais para fins de incidência do ICMS (art. 18-A do CTN e art. 32-A da LC 87/96).

No acordo homologado pelo STF, reconheceu-se que se deveria respeitar o art. 155, § 4º, inciso IV, alínea "b" da Constituição Federal, que designa a competência aos estados e ao DF para deliberarem se a alíquota incidente sobre combustíveis será *ad rem* (específica por unidade de medida) ou *ad valorem* (percentual sobre o preço).

Também houve "um desrespeito ao princípio constitucional da sustentabilidade fiscal dessa legislação previsto nos artigos 164-A e 167 da Carta Magna", conforme alertou o Comsefaz ao Senado Federal. A carta, deliberada na 42ª Reunião Ordinária realizada no Rio de Janeiro, pugna pela revogação das restrições de receitas relativas à tributação da gasolina.

"As perdas de arrecadação decorrentes das LCs 192/2022 e 194/2022, agravadas pelas recentes quedas do FPE, e cuja ausência nesse momento sensível de desequilíbrio fiscal inviabiliza a execução das políticas públicas estaduais, causam prejuízos irreparáveis à população, cujos serviços públicos são essenciais à sua vida, saúde, segurança, bem-estar e dignidade"

Renata Santos, Secretária de Fazenda de Alagoas.

"Sem dúvida nenhuma, aprovação da PLP 136/2023 foi importante, mas, mesmo assim, é insuficiente. Quando planejamos o orçamento, não era possível imaginar que a receita iria cair dessa maneira. Vejo os estados numa situação bem complicada e, se continuar assim, nenhum sobrevive"

Fabrizio Gomes, Secretário de Fazenda do Ceará.

Fundo de Participação dos Estados

Sensibilizados pela grave crise fiscal que estados e municípios vêm enfrentando, os deputados acresceram ao então PLP 136/2023, transformado em LC 201/2023, a recomposição dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, o FPE e o FPM, respectivamente. Entretando, o texto foi aprovado com diferença de tratamento nos critérios de recomposição para os dois fundos, uma afronta a um dos princípios básicos do pacto federativo.

Os Fundos de Participação são constituídos por um percentual da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Esses impostos vêm, desde julho, sofrendo reduções importantes de arrecadação. Segundo técnicos da Receita Federal, a queda ocorreu, especialmente, pelo desempenho extraordinário do setor de *commodities* no ano passado, o que ainda não se observou neste ano. Outro fator que causa desequilíbrio são as isenções do IPI concedidas pelo governo federal no ano passado.

Na lei aprovada, é prevista a recomposição real do Fundo de Participação dos Municípios, corrigido pelo IPCA, para os meses de julho, agosto e setembro. Também há a possibilidade da continuação do auxílio nos meses seguintes, caso se observem quedas até dezembro deste ano. Já para os estados, a recomposição ocorrerá apenas para julho e agosto, em valores nominais.

Na luta em defesa dos estados, o Comsefaz encaminhou um ofício ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), solicitando tratamento igual na recomposição do FPE e FPM. O intuito foi de assegurar que ambos os Fundos de Participação receberão o retroativo real dos meses já observados e dos que virão, caso necessário.

De acordo com o documento, "os Fundos de Participação são essencialmente idênticos e reclamam tratamento federativo equivalente. A Constituição destina, atualmente, 50% da arrecadação dos impostos de renda e sobre produtos industrializados aos estados e municípios (art 159, I, a e b) para compor as respectivas receitas correntes de modo a 'promover o equilíbrio socioeconômico' (art. 161 da CF) dos entes".

Para o secretário da Fazenda do Ceará, Fabrízio Gomes, outra medida que poderia contribuir para evitar a retração no Fundo de Participação dos Estados seria ampliar para 26% o índice destinado aos entes subnacionais. A solução consta na proposta da Emenda Constitucional

51/19, aprovada pela Câmara dos Deputados e que está em tramitação no Senado.

"Uma alternativa para a manutenção da saúde financeira dos entes subnacionais seria a aprovação da PEC 51/19, que aumenta o índice do Fundo para 26%. Outra medida necessária é o Supremo Tribunal Federal (STF) entender que o combustível não é um bem essencial", disse.

Houve "um desrespeito ao princípio constitucional da sustentabilidade fiscal dessa legislação previsto nos artigos 164-A e 167 da Carta Magna", conforme alertou o Comsefaz ao Senado Federal em carta deliberada na 42ª Reunião Ordinária realizada no Rio de Janeiro, com atraso na revogação das restrições de receitas relativas à tributação da gasolina.

Fabrízio também demonstra preocupação com o destino das políticas públicas promovidas pelos entes federados.

"Este ano está desastroso para o Ceará e já são R$ 2 bilhões a menos, que impactaram fortemente. O fato é que, comparando o primeiro semestre de 2020 com o primeiro semestre deste ano, todos os entes federativos pioraram. Há um ambiente de crise fiscal nos estados e municípios. Os entes subnacionais terão dificuldades de não comprometer os serviços públicos se a situação não for revertida com urgência", avalia.

Para o secretário da Fazenda do Amapá, Jesus Vidal, o governo federal, sendo o único ente com controle de política monetária, deve lançar mão de ferramentas que podem ajudar diretamente na recuperação financeira.

Para a secretária de Fazenda de Alagoas, Renata dos Santos, o estado sofreu impactos severos com a queda do ICMS e a redução dos repasses do FPE. Além da retração da receita, houve aumento das despesas que, constitucionalmente, deveriam ser custeadas pela União. Segundo ela, foi necessário realizar uma série de ajustes para impedir que o endividamento do estado crescesse e prejudicasse os serviços públicos disponibilizados para a população.

"Alagoas sofreu muito com a perda de ICMS, como todos os estados. Mas, além do problema da receita, a todo momento o governo federal impõe novos gastos. Fizemos a contenção de despesas administrativas e tivemos que revogar outros gastos para não afetar os serviços à população", afirma a secretária, que, assim como em outros estados, é pressionada a escolher a extensão de certos serviços em relação a outros e prosseguir com essas medidas de ajuste caso a retração do FPE e a perda do ICMS continuem e nenhuma compensação ou reversão surja desse debate político.

"Somos o 7º estado mais endividado do país, de dívidas contraídas por administrações anteriores, mas ainda estamos controlados. No entanto, acendeu um sinal de alerta e estamos acompanhando a situação de perto. Esperamos que essa situação seja revertida".

Luta para evitar retrocessos nos serviços públicos

A crise fiscal já ameaça os serviços públicos, especialmente saúde, educação e segurança. O secretário da Fazenda do Amapá, Jesus Vidal, calcula que, somente neste ano, a queda nos repasses de ICMS e FPE superam os R$ 130 milhões. De acordo com a pasta, até julho, a receita de ICMS recuou 6,51%, representando uma queda de R$ 40 milhões. Por sua vez, o repasse do FPE teve retração média de 9%, entre os meses de julho a setembro, ocasionando uma redução de R$ 91,3 milhões.

"A capacidade fiscal do estado do Amapá encontra-se no limite da sustentabilidade. Mal tivemos a recomposição das perdas de arrecadação ocorridas no segundo semestre de 2022, enfrentamos as perdas permanentes do ICMS e a queda do FPE. Caso essas perdas não sejam recompostas, nos obrigarão a contingenciar também recursos relativos a obras e projetos", explica.

Segundo Jesus Vidal, se não houver uma solução estrutural, o estado pode entrar em colapso, paralisando não apenas a execução de obras e projetos, mas também impactando o pagamento de fornecedores e, até mesmo, de servidores públicos.

Estados e municípios destinam 25% das suas receitas tributárias à educação, além de 20% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). No caso da saúde, os estados aplicam, no mínimo, 12% e os municípios 15% das suas receitas tributárias. As restrições arrecadatórias impactam diretamente a execução dessas políticas públicas e ocasionam uma nova camada de precariedade às populações mais necessitadas.

"Esperamos reverter esses impactos com o apoio do governo federal e do Congresso Nacional. Caso não consigamos, poderá, ainda, haver a necessidade de que seja parcelado o salário dos servidores públicos. Essa medida foi necessária de 2016 a 2021 e, infelizmente, pode ter outros desdobramentos, uma vez que a economia do estado é fortemente influenciada pela folha de pagamento", lembra Vidal.

A arena dos consensos: Comsefaz inaugura nova sede em Brasília

Espaço representa a consolidação do Comitê como líder em defesa dos estados e do federalismo brasileiro

O Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) inaugurou, em 17 de outubro, sua nova sede, localizada no Edifício Parque Cidade Corporate, na Asa Sul, em Brasília (DF). O novo espaço simboliza o estabelecimento da entidade como protagonista essencial no exercício da representatividade dos estados. A sede oferece ao Comitê estrutura mais robusta e moderna, ampliando o espaço para sediar reuniões e debates entre os secretários estaduais de Fazenda e governadores sobre assuntos que impactam a saúde financeira dos entes subnacionais e do país.

A cerimônia foi conduzida pelo presidente do Comsefaz, Carlos Eduardo Xavier, e pelo diretor institucional, André Horta, presidente do Comitê (período 2015-2019) institucionalizado em 2019 com o objetivo de fortalecer e amplificar a voz e as pautas fiscais dos 26 estados, além do Distrito Federal.

A inauguração foi concorrida e prestigiada por autoridades da área política, fiscal e tributária. Entre os ex-presidentes do Comsefaz, além de Horta, marcaram presença o atual governador do Piauí, Rafael Fonteles (PT-PI), o deputado federal, Mauro Benevides Filho (PDT-CE), e o auditor fiscal, José Tostes. Mais autoridades prestigiaram a solenidade, entre elas os deputados federais Luiz Carlos Hauly (PODE-PR) e Júlio César (PSD-PI); o representante do BID no Brasil, Morgan Doyle; o secretário extraor-

dinário da Reforma Tributária Bernard Appy; o ex-secretário da Receita Federal Jorge Rachid; o secretário-executivo do Conass Jurandir Frutuoso; o secretário-executivo do Conasems, Mauro Junqueira; o professor e advogado tributarista, Heleno Torres; entre outros convidados e jornalistas.

O economista e professor da Unicamp Fabrício Augusto Oliveira fez a palestra de abertura com o tema *Reforma Tributária e o Federalismo*. Na ocasião, ele lançou o livro *Uma pequena história da tributação e do federalismo fiscal do Brasil* e autografou a obra, com vários volumes adquiridos pelo Comsefaz e oferecidos como presente de inauguração a diversos convidados.

O presidente do Comsefaz, Carlos Eduardo Xavier, destacou que a nova sede está alinhada e à altura do protagonismo que o Comitê alcançou nos últimos anos ao mobilizar os estados e liderar debates relacionados à pauta fiscal e tributária do Brasil. Ele defendeu a unidade entre os estados:

"O Comsefaz tem tido, ao longo dos últimos anos, um papel de destaque nas discussões do federalismo brasileiro e tudo aquilo que envolve as 27 unidades federadas fazendo uma discussão sempre pautada pelo ponto de vista técnico e engrandecendo os rumos que o país vem tomando nos últimos anos. Então, o Comsefaz, com esse seu protagonismo, nada melhor que, agora, ter uma nova sede com toda a estrutura

necessária para as reuniões dos secretários e, também, possível reunião do fórum dos governadores. A inauguração da nossa nova sede é um momento importante para refletirmos e buscarmos a unidade entre os estados, tão importante para o federalismo brasileiro", disse.

O diretor institucional do Comsefaz, André Horta, destacou a mudança de patamar do Comitê.

"A nova sede do Comsefaz espelha o respeito e a credibilidade que o Comitê conquistou ao longo de quase cinco anos. Temos, hoje, um espaço amplo, moderno e bem equipado, preparado para receber secretários e chefes de estado, além de representantes de órgãos técnicos que têm contribuído com as questões fiscais e econômicas do país. O Comsefaz tem subsidiado o debate público com informações técnicas e, com essa nova estrutura, vamos ampliar esse trabalho e nos aproximar ainda mais da sociedade, valorizando a educação fiscal como tema do nosso dia a dia", disse.

Para a coordenadora administrativa do Comsefaz, Marcela Batista, a nova sede administrativa do Comitê representa um salto na qualidade dos serviços oferecidos pela entidade à sociedade.

"O Comsefaz, após alguns anos, estrutura-se fisicamente como um espaço para o debate federativo, para o lançamento de estudos e pesquisas e para a divulgação de informações técnicas, tudo isso para subsidiar as discussões e os temas importantes para as Fazendas Estaduais", disse a coordenadora administrativa.

Ex-presidentes, deputados e convidados ilustres

A cerimônia de inauguração da nova sede contou com a presença de ex-presidentes do Comsefaz, entre eles do governador do Piauí, Rafael Fonteles, que dirigiu o Comsefaz entre 2019 e 2022. Ele elogiou a nova sede do Comitê e reforçou a importância do investimento em pesquisas usadas para subsidiar as decisões tomadas com base em dados.

"O Comsefaz deve seguir na linha de gerar publicações, estudos e consensos por intermédio de muita técnica para poder influenciar o debate político lá na Casa do povo, que é o Congresso Nacional. Temos visto a importância de posicionamentos firmes e bem-fundamentados. Toda vez que chegamos em um consenso, o peso é muito forte", disse.

O auditor-fiscal federal, ex-secretário da SRFB e também ex-presidente do Comsefaz, José Tostes, lembrou da importância do Comsefaz para fortalecer o federalismo brasileiro.

"Pra mim, pessoalmente, está sendo uma alegria imensa poder estar presente, poder participar da inauguração da sede do Comsefaz. Uma sede espetacular, dotada de toda a estrutura que representa um avanço e um passo importante na estruturação deste Comitê, que tem um papel fundamental dentro do federalismo brasileiro. Não só para articular as Fazendas estaduais, mas também para integrá-las, somar esforços, compartilhar recursos em prol do fortalecimento, da melhoria e do aperfeiçoamento da gestão fiscal dos estados", afirmou.

Também ex-presidente do Comsefaz, o deputado federal, Mauro Benevides Filho (PDT-CE), disse durante a inauguração que o Comitê foi uma escola onde se especializou no tema tributário.

"O Comsefaz foi onde aprendi muito da área tributária. A secretaria da Fazenda tem extraordinários técnicos. Parabéns pela nova sede", disse.

Ex-secretário de Fazenda do Paraná, o deputado, Luiz Carlos Hauly (PODE-PR), também enalteceu o espaço e destacou a votação da Reforma Tributária.

"A reforma tributária é a mais importante reforma do Brasil. O grande problema do Brasil está em vistas de começar a ser resolvido. Pela primeira vez na história do país, há um alinhamento para aprovar a reforma tributária. Sei que não é 100%, mas há um alinhamento. Parabéns ao Comsefaz pela nova sede, um bom ambiente de trabalho é tudo na vida. Contem conosco no Congresso", afirmou.

"É um prazer muito grande me dirigir aqui a todos os secretários e secretárias no momento em que vocês inauguram essa grande sede. Parabéns ao Comsefaz"

Deputado Júlio César (PSD-PI).

Outro parlamentar que também ressaltou a importância do Comitê e fez sua saudação foi o deputado Júlio César (PSD-PI).

"É um prazer muito grande me dirigir aqui a todos os secretários e secretárias no momento em que vocês inauguram essa grande sede. Parabéns ao Comsefaz", afirmou.

O ex-secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, acredita que a nova sede do Comsefaz cria um ambiente de negócios saudável para os debates sobre as pautas fiscais do país.

"Com muita alegria estou conhecendo essa sede, muito bonita, os secretários de Fazenda dos estados estão de parabéns. Um ambiente muito bacana e, pela minha experiência junto aos secretários de Fazenda, é um ambiente muito importante para, justamente, criar um ambiente de negócios saudável no país. É isso que todos nós, no país, precisamos. O Comsefaz é um fórum importante, justamente, para tratar questões federativas, tratar do principal produto do país, o ICMS, e, na iminência da reforma tributária, as cabeças pensantes vão ajudar e contribuir muito com o projeto", destacou.

Quem também prestigiou a inauguração foi o secretário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernardo Appy. Para ele, um Brasil melhor é um país construído na base do federalismo cooperativo, pauta defendida pelo Comsefaz.

"Queria parabenizar o Comsefaz pela nova sede e dizer que a iniciativa de criar um fórum de interlocução entre os secretários de Fazenda é extremamente importante nesse processo de construção de um federalismo mais cooperativo no Brasil. Os estados já deram um pontapé inicial na criação de um fórum de interlocução e construção de consensos entre os secretá-

rios de Fazenda. Acho que agora a gente tem o desafio de ampliar essa interlocução para outras esferas da federação. Para ter um Brasil melhor, é fundamental que ele seja construído na base de um federalismo cooperativo que envolva todas as esferas da federação: estados, municípios e União", afirmou.

Secretário-executivo do Conselho Nacional de Fazenda (Confaz), Carlos Henrique de Azevedo Oliveira, destacou o papel do Comsefaz na criação de consensos em defesa da sociedade.

"Para mim, é uma alegria estar aqui na inauguração da sede do Comsefaz, uma construção de alguns anos. Fico feliz de ver essa sede tão bonita, espaçosa, com os materiais e instalações necessários para a discussão das matérias tributárias e fazendárias. Vejo que é um passo muito importante. Há anos a gente tinha o secretário, que era eleito para ser a voz dos outros secretários. Depois surgiu a ideia de criar o Comsefaz de forma mais organizada para defender os estados, criar consenso entre os estados, o que é importantíssimo", disse.

Articulação e diálogo

Criado oficialmente em 2019 como entidade representativa dos secretários estaduais de Fazenda, o Comsefaz completa o quinto ano de história no dia 15 de janeiro de 2024, com muitas conquistas importantes. Ao longo deste período, a entidade tornou-se peça-chave na promoção do diálogo e na articulação dos interesses dos entes subnacionais frente a atos e decisões da União que afetam a gestão fiscal, financeira e tributária.

Com o objetivo de encontrar soluções e sugerir propostas a temas prioritários aos estados, a diretoria do Comsefaz encabeçou uma série de reuniões, encontros e debates entre os membros da entidade. Além disso, também promoveu a articulação com o Congresso Nacional e o governo federal para encaminhar propostas que atendessem aos interesses dos estados e demais atores envolvidos.

Nos últimos anos, o Comitê assumiu o protagonismo e liderou uma série de ações com vistas a ampliar as receitas estaduais. Entre as principais bandeiras encabeçadas pelo Comsefaz, destacam-se a atuação decisiva na aprovação e a efetivação do socorro emergencial e da compensação das perdas do Fundo de Participação dos Estados (FPE) para mitigar os efeitos da crise da Covid-19.

Outra pauta importante foi a aprovação dos projetos e a sanção das leis do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e de Valorização dos Profissionais de Educação. O acordo da Lei Kandir para as regras de repactuação das dívidas dos entes subnacionais com a União e a compensação aos estados pelas perdas com as Leis Complementares 192 e 194/2022, que limitou a alíquota do ICMS de combustíveis, também foram celebrados pelos estados. Todas essas ações foram fundamentais para dar fôlego aos cofres dos entes subnacionais.

A entidade, ainda, uniu esforços para garantir a aprovação no Congresso Nacional e a sanção presidencial do Projeto de Lei Complementar 39/2020, que resultou na Lei Complementar 173/2020 e instituiu as medidas de auxílio aos estados e aos municípios por conta da pandemia.

O Comsefaz participou das discussões sobre o texto da reforma tributária, liderando mobilizações para a adoção de um sistema nacional mais justo, eficaz e simplificado. Foram inúmeras reuniões com os secretários estaduais de Fazenda, lideranças do Congresso, especialistas do setor e entidades públicas e privadas para ouvir demandas específicas e aprimorar o texto da proposta.

Estudos e pesquisas

Além do trabalho sólido e efetivo na defesa dos interesses dos estados frente às decisões da União que afetem a sua gestão fiscal, financeira e tributária, o Comsefaz desenvolveu inúmeros projetos de pesquisa sobre federalismo e incentivos fiscais. Também participou de estudos em parceria com instituições, como o Banco Mundial.

Entre os trabalhos apresentados pela entidade, está a pesquisa "Os estados na Federação Brasileira: Involução e Perspectivas Pós-Covid 19", coordenada pelo economista José Roberto Afonso, pós-doutor pela Universidade de Lisboa e um dos mais importantes especialistas em contas públicas no país.

A pesquisa, realizada em parceria com a Finance, comprova que os estados perderam espaço significativo na parcela do bolo tributário, enquanto as participações da União e de municípios cresceram nas últimas décadas, deixando clara a involução no federalismo brasileiro e desequilibrando os orçamentos estaduais.

Os estudos do Comsefaz têm como objetivo realizar um diagnóstico da situação federativa e o impacto dos incentivos fiscais na economia, a fim de propor soluções e alternativas para corrigir eventuais distorções que comprometam o desenvolvimento dos entes subnacionais e a implementação de políticas públicas.

Ex-presidente do Comsefaz, o governador do Piauí, Rafael Fonteles, destaca a importância do Comitê de investir na elaboração de estudos para embasar tanto os secretários de Fazenda, como a própria sociedade.

"A luta aqui do Comsefaz é muito importante. Pena que o Fórum dos Governadores ainda não se institucionalizou e, portanto, não tem o peso que tem o Comsefaz, que por ter se institucionalizado tem cada mais voz e vez nas discussões nacionais, inclusive no Congresso e nos Tribunais Superiores. Então, é muito importante esse papel dos estados unidos e integrados para defender os interesses da sociedade", afirmou.

"A luta aqui do Comsefaz é muito importante. Pena que o Fórum dos Governadores ainda não se institucionalizou e, portanto, não tem o peso que tem o Comsefaz, que por ter se institucionalizado tem cada mais voz e vez nas discussões nacionais, inclusive no Congresso e nos Tribunais Superiores. Então, é muito importante esse papel dos estados unidos e integrados para defender os interesses da sociedade"

Rafael Fonteles, governador do Piauí, ex-presidente do Comsefaz.

Reforma tributária: equilíbrio federativo é o principal desafio

Comsefaz defende que o texto final da proposta preserve receitas estaduais e iniciativas dos estados

Após longas discussões em torno de uma proposta que reduza a burocracia e simplifique o sistema de tributação brasileiro, a reforma tributária caminha para a aprovação. A proposta traz avanços históricos, como a base ampla, um modelo peculiar de tributação no destino, e o princípio da não cumulatividade, que foram os princípios eleitos para promover a modernização, a transparência e a justiça tributária pelos seus proponentes. No entanto, o Comsefaz defende que alguns pontos ainda necessitam ser aprimorados no Senado.

"Temos que ter esse cuidado no texto aprovado no Senado para que não haja redução na carga tributária, porque se há uma premissa de não haver aumento, o que nós concordamos, também entendemos que não é o momento de fazer uma discussão sobre redução"

Carlos Eduardo Xavier,
Presidente do Comsefaz.

As principais preocupações de consenso definidas pelos secretários de Fazenda estão relacionadas à autonomia federativa, ao risco de federalização do imposto, à manutenção de um nível arrecadatório que atente para as perdas do exercício de 2022 dos estados, ao período de transição, ao Conselho Federativo, e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) e ao Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais.

"Em primeiro lugar, temos que reconhecer que foi um grande avanço a aprovação da reforma tributária na Câmara dos Deputados e no Senado. Essa é uma discussão que o país precisa enfrentar e vinha tentando avançar há muitos anos. Mas temos alguns pontos que precisam melhorar no texto. Essa é a posição consensual dos secretários de Fazenda que fazem parte do

Comsefaz", afirma o presidente do Comsefaz, Carlos Eduardo Xavier.

Além da necessidade de ajustes no FNDR e do Conselho Federativo, Xavier ressalta que o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) e a alíquota de referência trazem pontos de preocupação aos secretários de Fazenda e podem ser aprimorados para que a reforma seja, de fato, efetiva.

"Alguns pontos são consenso entre todos os secretários. O principal deles é a competência do Conselho Federativo para que se evite uma federalização do IBS. Percebemos também uma vinculação excessiva do IVA dual ao IVA federal. Se deixar dessa forma, pode haver um avanço na base dos estados e municípios pela União. E a questão da alíquota também é algo que preocupa", explica.

A preservação da carga tributária, prevista como princípio deste projeto há quase meia década, é o que define o contexto de neutralidade da reforma pretendida. A arrecadação deverá ser mantida como é hoje, apenas com alterações na forma de cálculo da alíquota sobre o consumo, que hoje é realizado por "por dentro", ou seja, embutidos nos preços, e passará a ser calculada "por fora" para dar transparência ao cidadão.

Com isso, o teto para o setor privado será a carga tributária atual, enquanto o piso para a esfera pública equivalerá à arrecadação, que deve neutralizar o desastre fiscal das leis complementares 192 e 194, em 2022.

Essa é a garantia que assegura que não haverá desfinanciamento dos serviços públicos de saúde, da educação e do FUNDEB, da seguridade social, da segurança pública etc. Para o secretário de Fazenda do Paraná, Renê Garcia Júnior, o texto traz avanços importantes ao sistema tributário nacional, como a unificação de impostos, a uniformização de alíquotas, a introdução da lógica de não cumulatividade plena e a observância do princípio do destino. Contudo, apesar dos progressos apresentados, o secretário enfatiza que existem questões que merecem atenção e que podem comprometer ainda mais as finanças estaduais.

"Há um risco fiscal. Embora a perspectiva seja de ganhos de produtividade, o que elevará a arrecadação, esses não ocorrerão de forma imediata. Até lá, os estados terão que conviver com a permanente quebra estrutural de receitas impostas pelas LCs 192/2022 e 194/2022, ao passo que as despesas — no caso desses entes, intensiva em pessoal nas áreas de saúde, educação e segurança — seguirão aumentando", enfatiza.

"Na redação atual, os estados terão que conviver com a permanente quebra estrutural de receitas impostas pelas LCs 192/2022 e 194/2022. Ao passo que as despesas — no caso desses entes, intensiva em pessoal nas áreas de saúde, educação e segurança — seguirão aumentando"

Renê Garcia, Secretário de Fazenda do Paraná.

"Os secretários não tiveram seus pleitos atendidos e ainda fomos surpreendidos ao final, em especial quanto à forma do Conselho Federativo. O Comsefaz tem sido unânime em suas discussões de que não podemos perder arrecadação sob pena de afetar diretamente a manutenção dos serviços públicos essenciais à população. Não queremos e nunca foi proposição do Fórum de Secretários da Fazenda elevar alíquota, mas não podemos abrir mão de garantir o que já tínhamos"

Amarísio Freitas, Secretário de Fazenda do Acre.

Embora seja favorável à reforma tributária, o secretário de Fazenda do Acre, Amarísio Freitas, afirma que o texto aprovado não levou em consideração as sugestões apresentadas pelo Fórum de Secretários.

"Os secretários não tiveram seus pleitos atendidos e ainda fomos surpreendidos ao final, em especial quanto à forma do Conselho Federativo. O Comsefaz tem sido unânime em suas discussões de que não podemos perder arrecadação sob pena de afetar diretamente a manutenção dos serviços públicos essenciais à população. Não queremos e nunca foi proposição do Fórum de Secretários de Fazenda elevar alíquota, mas não podemos abrir mão de garantir o que já tínhamos", defende.

Para o secretário de Fazenda da Bahia, Manoel Vitório:

"É um texto que ainda tem muito espaço para aprimoramento no Senado, e a adoção de alguns ajustes de fato irá contribuir para tornar a reforma ainda mais efetiva quanto aos seus objetivos. É preciso que o texto estabeleça mecanismos para estimular a produtividade das estruturas de fiscalização e de arrecadação", afirma.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR)

Uma das questões que causam maior apreensão é o FNDR proposto para reduzir as desigualdades regionais e sociais. Segundo o texto, o fundo será financiado com valores crescentes da União a partir de 2029, chegando a R$ 40 bilhões em 2033. Os recursos poderão ser aplicados para fomento a atividades produtivas, obras de infraestrutura, inovação, desenvolvimento científico e tecnológico, entre outros.

Entretanto, o Comsefaz avaliou que esse valor era insuficiente para compensar as perdas e cumprir com os incentivos de ICMS já concedidos. A entidade avalia ser necessário, pelo menos, R$ 75 bilhões, a partir de 2033. O receio do secretário Renê Garcia Júnior é que o valor proposto no texto possa ampliar ainda mais o déficit financeiro dos entes subnacionais. O Senado já acenou que essa revisão de valores é uma contribuição da Casa à proposta.

Na visão do secretário Amarísio Freitas, os recursos destinados aos estados pelo Fundo são escassos e não terão condições de contribuir com o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste. Além disso, ele reforça que é fundamental definir critérios justos para a distribuição desses recursos.

"Esperamos que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional venha com critérios mínimos que possam nortear sua partilha e, de fato, servir para o fim a que se propõe, que é desenvolver regiões mais desfavorecidas, como estados do Norte e Nordeste. Vale ressaltar que o seu valor de partida oferecido atualmente é insuficiente. Até mesmo os R$ 75 bilhões propostos pelo Comsefaz são um valor intermediário e que amenizam, mas ainda não são ideais", pontua.

R$ 75 bilhões

É O VALOR DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DEFENDIDO PELO COMSEFAZ

"Essa discussão da reforma tributária tem tomado muito da nossa atenção. O Comsefaz entende que é um interlocutor qualificado para debater esse tema, porque boa parte do bolo arrecadado se refere ao ICMS, principal tributo arrecadado do país e é aquilo que financia as principais políticas públicas nos entes federados"

Luis Fernando Pereira da Silva,
vice-presidente do Comsefaz e Secretário de Estado de Finanças de Rondônia.

Audiência pública debate alterações

Após ser aprovada por larga maioria pela Câmara dos Deputados, a PEC 45/2019 também passou pelo Senado. Ao todo, o texto contou com 53 votos, quatro a mais do que o exigido para a aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). O relator Eduardo Braga (MDB/AM) recebeu 837 emendas, sendo 26 já em plenário e acolheu quase 300 sugestões.

O vice-presidente do Comsefaz e secretário de Fazenda de Rondônia, Luís Fernando Pereira da Silva, participou, no final de setembro, de audiência pública sobre a reforma tributária na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

R$ 40 bilhões

É O VALOR DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PROPOSTO PELA REFORMA TRIBUTÁRIA

"Essa discussão da reforma tributária tem tomado muito da nossa atenção. O Comsefaz entende que é um interlocutor qualificado para debater esse tema, porque boa parte do bolo arrecadado se refere ao ICMS, principal tributo do país e que financia as principais políticas públicas nos entes federados", afirmou, na ocasião.

A atuação do Conselho Federativo, colegiado responsável por administrar os recursos do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), também foi alvo de discussão dos parlamentares durante a audiência pública. Para o vice-presidente do Comsefaz, é preciso ajustar a competência do colegiado.

"A natureza e a composição do Conselho Federativo são situações que causam preocupação nos secretários de Fazenda. Entendemos que temos que ter cuidado para preservar o controle do papel interno e que os estados tenham assegurados sua autonomia federativa", afirma Silva.

Fabrício Oliveira

“Para refundar a federação precisaríamos de uma reforma tributária mais ampla”

Autor de vários livros sobre política fiscal e federalismo e ex-secretário de Fazenda de Minas Gerais, o economista Fabrício Augusto de Oliveira, defende uma reforma tributária mais ampla no país

Na visão dele e de vários especialistas do tema, o modelo de federação ideal é aquele no qual as três esferas – União, estados e municípios - tenham garantida sua autonomia administrativa, política e, principalmente, financeira.

No modelo atual, com o governo federal concentrando a maior fatia do poder político e de recursos financeiros, pouco espaço sobra para os entes subnacionais tocarem suas políticas locais de forma autônoma e independente.

A reforma tributária poderia ajudar a corrigir essas distorções, mas Oliveira explica que o projeto precisaria ser mais amplo e iniciando pela proposta de reforma dos impostos diretos (Imposto de Renda e sobre patrimônio), o que alcançaria os mais ricos do país.

O federalismo e a reforma tributária estão na pauta do economista desde a década de 1970, época em que escreveu seu doutorado sobre o tema.

Oliveira fez a palestra de abertura na inauguração da nova sede do Comsefaz, localizada no edifício Parque Cidade Corporate, em Brasília. Realizado dia 17 de outubro, o evento reuniu políticos, secretários e chefes de estado, representantes de associações e entidades da área tributária e fiscal, além de assessores técnicos, em uma cerimônia prestigiada e concorrida.

A revista do Comsefaz separou os principais trechos da palestra do professor e economista Fabrício Oliveira, nos quais ele explica a relação entre federalismo e a reforma tributária. Confira.

A Reforma Tributária sobre Consumo

A reforma do consumo é importante, tem encontrado apoio e conta com o respaldo do setor empresarial, do Congresso e de vários governadores dos estados. Mas não é uma reforma para resolver as grandes questões do nosso sistema tributário.

O chamado Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), que aplica o princípio do destino, é uma luta antiga que nós temos travado para poder viabilizar, mas que, infelizmente, até hoje, não foi possível. Ninguém é contra isso, que é um imposto moderno, cumulativo, trabalha com a cobrança por fora do imposto para evitar a cumulatividade. Acho um certo exagero o otimismo em relação aos resultados dessa reforma. A redução da cumulatividade contribui muito parcialmente para a questão do crescimento econômico, não tem esse papel tão significativo porque as estruturas econômicas estão mudando, o que não deixa de ser importante. Mas o Brasil, infelizmente, ainda conta com estruturas produtivas da primeira e da segunda revolução industrial.

Crescimento econômico

A proposta da reforma foi orientada pelo princípio moderno da tributação, o da competitividade e o princípio da eficiência econômica. Portanto, é uma proposta voltada para abrir os caminhos do crescimento e a redução da cumulatividade. Os caminhos do crescimento estão travados, não só pela questão da cumulatividade. São vários obstáculos. O Brasil não cresce, de forma mais robusta, desde a década 1980. Nos últimos 40 anos, crescemos menos de 2% ao ano. Temos inúmeros problemas. Tem o avanço tecnológico, a infraestrutura precária, a mão de obra desqualificada, a insegurança jurídica das privatizações, as políticas macroeconômicas inconsistentes... não é só o sistema tributário que vai resolver esse problema, e essa visão favorece e prioriza a questão da oferta, não da demanda. O ideal é considerar as duas, oferta e demanda, porque procuram resolver o problema da competitividade, por isso chamamos o princípio da competividade da produção nacional, que é a reforma do consumo.

Reforma sobre o consumo e a federação

A questão federativa não foi contemplada na reforma. Há alguns ganhos, sim, mas em decorrência da natureza de um imposto criado pelo princípio do destino, que promove uma distribuição de receitas entre os estados e os municípios. Esse ponto favorece os estados e municípios mais consumidores, pois reduz expressivamente as qualidades existentes entre as receitas tributárias *per capita* entre os entes federativos. Esse é o lado positivo, mas não foi uma medida tomada com o objetivo de fortalecer a federação.

Não houve o objetivo de fazer uma revisão federativa. Ao contrário, da promessa feita para a reforma sobre a renda e patrimônio, que não sabemos se sairá ou não. A questão federativa não foi sequer mencionada.

Outra estratégia: reforma ampla – renda, consumo e patrimônio

A proposta da reforma dos impostos de consumo deveria ser o ponto de chegada, a última etapa. A primeira etapa poderia ser a reforma da tributação direta do imposto de renda e do patrimônio.

Daria uma gordura para o governo atender às necessidades de cumprimento do marco fiscal e dar início à redução da tributação indireta, uma das questões mais importantes da reforma. Isso teria um impacto muito importante para o crescimento econômico e possibilitaria a revisão do modelo federativo, considerando o federalismo que se quer para o país.

Há uma promessa de que haverá uma segunda etapa da reforma, onde entraria a reforma da renda e do patrimônio. Ela vai acontecer? Eu tenho minhas dúvidas. O problema da desigualdade é muito causado no mundo por conta de um sistema tributário regressivo, e o Brasil apresenta um dos sistemas mais regressivos. Uma reforma permite contemplar mudanças que impactem positivamente as demandas, ou seja, isso seria mais pelo lado da renda e do patrimônio.

Alguém pode dizer: "mas existia uma proposta relacionada à reforma da renda e do patrimônio?" Existia, e está no Congresso, a emenda substitutiva 178 apresentada em outubro de 2019, que foi uma proposta de reforma ampla, de reforma do IR, do imposto sobre patrimônio, do consumo, uma reforma ampla, não apenas sobre consumo e renda. E essa proposta procurava aumentar a incidência dos impostos sobre a renda e o patrimônio, e diminuiria a participação dos impostos indiretos na carga tributária para melhorar a progressividade do sistema tributário, tornando-o um instrumento desconcentrador de renda. Ou, pelo menos, um instrumento que cobrasse mais impostos dos ricos.

Sistema tributário brasileiro e as desigualdades

Esse é um dos problemas: a grande desigualdade na distribuição do ônus da tributação entre os membros da sociedade. O Brasil é considerado um dos sistemas mais desiguais do mundo. Se considerarmos o imposto sobre o consumo e os impostos sobre a folha de pagamento que terminam rebatendo nos preços, o sistema é composto por 75% de impostos indiretos, considerados impostos incivilizados porque são cobrados muito mais dos mais pobres.

Diferente do que ocorre nos países mais desenvolvidos. Nos EUA, que não é muito bem um estado do bem-estar, o conjunto dos impostos diretos chega a 60%, incluindo 50% do Imposto de Renda e 10% dos impostos sobre patrimônio. Um país como a Dinamarca, um estado do bem-estar robusto, essa parte dos impostos diretos chega a quase 70%. No Brasil, a soma dos impostos diretos, de renda e de patrimônio, dá 25%. Temos uma das piores estruturas tributárias do mundo, uma estrutura que aumenta a concentração de renda e a desigualdade.

Questão Federativa - a involução da receita dos estados

Na década de 1960, os estados tinham uma participação do bolo tributário de 38%. Foi reduzindo, depois aumentou até 1993 para 29% e, hoje, está reduzida a 25%, segundo estudo do professor Sérgio Prado. Em relação à década de 1960, é uma perda de 13 pontos percentuais, um enfraquecimento financeiro.

O Plano Real significou uma grande redução de receita para os estados; também teve a Lei Kandir, quando o governo prometeu compensar os estados e nunca compensou como deveria; a isenção do PIS e Cofins para as exportações compensada pelo IPI que enfraqueceu o FPE e FPM; depois a crise fiscal dos anos 1990 que afetou mais estruturas tributárias pró-cíclicas, como os impostos que incidem sobre produção e consumo, tipo ICMS; e, depois, o Fundo Social de Emergência, que também retirou receitas do estado para depois poder lançar o Plano Real porque o governo, com o fundo social, retirou 20% das receitas em geral, incluindo as transferências para estados e municípios para gastar livremente, o que só terminou em 2000 com a instituição da vinculação da receita da União com a DRU. Além de várias medidas que foram minando as receitas, principalmente estaduais. Recentemente, tiveram as Leis Complementares 192 e 194, ou seja, mais perda de receitas.

Menos receitas, mais despesas

Outra frente foi o aumento de gastos. A Constituição de 1988 ampliou o gasto social do Brasil. Tivemos o Fundeb, os mínimos constitucionais. Tudo isso impacta as finanças dos estados e municípios; também a política macroeconômica inconsistente do governo federal que provocou a falência de vários estados naqueles nos anos 1980, com uma grande crise que culminou com o chamado acordo da dívida, na década de 1990, a Lei 9.496/97, com vários estados fazendo acordo com a União.

Autonomia Federativa

O governo federal, por várias razões, começou a exercer o controle hierárquico sobre as finanças estaduais. Por conta disso os governos foram perdendo a capacidade de administrar suas finanças. Começou com a lei do controle dos gastos, depois o processo de 1995 de ajuste fiscal, o processo do acordo da dívida, as leis de responsabilidade fiscal que amarraram a maioria dos estados. Depois disso, os vários acordos que passaram a ser feitos depois de 2014, acordos que fizeram os estados renegociarem a dívida se submetendo às várias regras fiscais do governo federal. Até chegar ao regime de recuperação fiscal.

Não existe no Brasil a confiança federativa. É muito difícil discutir federação, 90% da população ou mais não sabe o que significa a federação no processo democrático, não sabe que federação reduz desigualdades. Fica até difícil de debater. Não há o menor interesse, o que interessa é ter estados e municípios sobre seu controle, seguindo suas determinações. Não podemos esperar muito do governo federal e do poder central. Melhorar o equilíbrio federativo é uma questão difícil de ser tratada. No Brasil, a questão federativa é uma ficção. São breves os momentos em que houve algum fortalecimento.

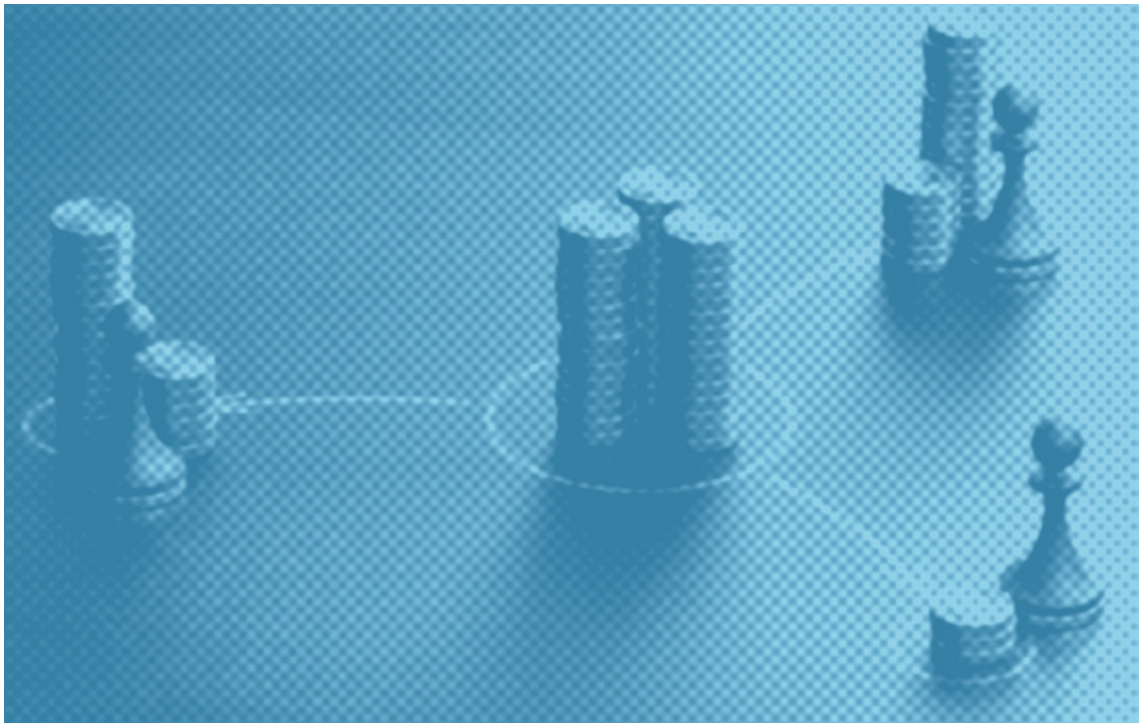
Refundar a federação

Para a gente refundar a federação, deveria ser contemplada uma reforma tributária bem mais ampla. Como dizia o (Francisco) Dornelles (ex-senador e ex-deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro e ex-Ministro da Fazenda do governo José Sarney), temos que começar toda e qualquer reforma pela revisão do modelo federativo. Tem que definir qual federalismo se quer, qual estado se quer, como vão distribuir os encargos, como vão topar os entes federativos de capacidade de financiamento e aí teremos bons impostos. Se eu começo pelo consumo, esqueço todas as outras. Teria que ter a revisão do modelo não só para a democracia, mas para a sociedade. Garantir a previsão de bens públicos essenciais sem ter de mendigar alguns recursos para atender a essas demandas. Para isso, é preciso autonomia, que implica autonomia administrativa e financeira. A reforma tributária tem de ser pensada de forma mais ampla, sem isso não refundamos o federalismo.

A federação não nasceu em 1988, ali foram plantadas algumas bases porque era uma demanda de governadores, da sociedade, por mais descentralização após um longo período de autoritarismo. A partir daí, houve um breve momento que ressurgiu a federação mais forte, e os estados, inclusive com mais recursos, chegaram naquela época a uma participação de 30% do bolo tributário.

A Constituição resume a autonomia dos estados e municípios à implementação de políticas públicas. Após algum tempo, essas políticas terminaram sendo aprovadas em âmbito nacional e estabelecidas pela União, principalmente nas áreas de educação e saúde.

Por outro lado, conceder aos municípios *status* de ente federativo e soberano tirou dos estados o poder de coordenador das políticas públicas municipais, de uma maneira geral, e isso enfraqueceu, em alguma medida, a autonomia de estados e municípios, que a partir disso passaram a ser meros executores das políticas federais.



Fórum Internacional Tributário debate PEC 45/19, federalismo e tributação progressiva

Secretários estaduais de Fazenda participaram do evento ao lado de auditores fiscais, acadêmicos, autoridades governamentais e profissionais da área tributária.

A 3ª edição do Fórum Internacional Tributário (FIT), realizado em agosto, em Brasília (DF), colocou em debate temas fundamentais para o avanço do sistema tributário nacional e esmiuçou as mudanças propostas pela PEC 45/19, como o Conselho Federativo e o modelo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. Outro assunto bastante discutido no evento foi a necessidade de fortalecer os entes subnacionais e retomar o protagonismo dos estados no federalismo brasileiro.

O evento apoiado pelo Comsefaz contou com a participação de secretários estaduais de Fazenda, acadêmicos, autoridades governamentais e profissionais da área tributária. Também estiveram presentes o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello, o secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, e o secretário especial da Receita Federal do Brasil, Robinson Barreirinhas.

O secretário estadual da Fazenda do Acre, Amarísio Freitas, representou o Comsefaz na abertura do FIT e ressaltou que o país não pode desperdiçar a oportunidade de aprovar uma reforma tributária que vem sendo debatida há décadas no Congresso Nacional.

"Não podemos perder o momento de propor uma reforma tributária mais abrangente e que transforme o destino da nossa nação. O texto aprovado na Câmara Federal tem pontos frágeis para o federalismo, que podem tirar poder dos estados. O que os estados querem é manter e levar mais políticas públicas necessárias à população", afirmou.

O secretário extraordinário, Bernard Appy, participou do painel com o tema "Perspectiva da Tributação Progressiva no Brasil e a Experiência Internacional".

Formulador técnico da reforma tributária, ele destacou que a PEC 45/19 melhora as condições para o crescimento econômico.

"A possibilidade de ampliar de forma significativa as políticas públicas sem aumentar a carga tributária proporcional ao PIB é uma das consequências de uma reforma que aumenta o potencial de crescimento do país. Se os recursos adicionais forem bem utilizados, podem ter um efeito distributivo para o nosso país", ressaltou Appy.

"Não podemos perder o momento de propor uma reforma tributária mais abrangente e que transforme o destino da nossa nação. O texto aprovado na Câmara Federal tem pontos frágeis para o federalismo, que podem tirar poder dos estados. O que os estados querem é manter e levar mais políticas públicas necessárias à população"

Amarísio Freitas, Secretário de Fazenda do Acre.

Conselho Federativo

No segundo dia do Fórum, questionada sobre o Conselho Federativo, colegiado responsável por fazer a gestão do Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS), inicialmente previsto no texto da Câmara Federal, a secretária de Fazenda de Sergipe, Sarah Andreozzi, reconhece que a proposta não é a ideal e que necessita ser aprimorada.

"Vamos construir e aperfeiçoar ao longo dos anos. Nenhuma reforma tributária é aprovada de um ano para o outro sem ajuste. O Conselho Federativo é a melhor solução? Acho que pode melhorar. É o melhor possível hoje. Vamos aprender com o tempo como melhorar esse instrumento", avaliou.

A implementação do *cashback* foi outro tema em discussão. O mecanismo é utilizado por vários países para devolver uma parte dos tributos cobrados no preço dos bens e serviços à população, com o objetivo de reduzir a desigualdade de renda entre as camadas mais ricas e as mais pobres. Contudo, Sarah alertou que é preciso adotar critérios específicos diante das diferenças sociais entre os estados.

"Sou a favor, acho que é uma ideia genial. Mas precisamos entender a situação de cada unidade da federação. A realidade do Sergipe é diferente do Rio Grande do Sul, por exemplo", disse.

A secretária falou, ainda, sobre o projeto de Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR).

"Precisamos avaliar qual será o critério de distribuição. O Nordeste luta pelo social, pelo desenvolvimento regional. Sem arrecadação não conseguimos fazer trabalho social. Quem cuida das contas, cuida das pessoas. A reforma é necessária, simplifica, mas o ponto do pacto federativo precisa ser levado em consideração. É o que a gente entende", alertou.

"Precisamos avaliar qual será o critério de distribuição. O Nordeste luta pelo social, pelo desenvolvimento regional. Sem arrecadação não conseguimos fazer trabalho social. Quem cuida das contas, cuida das pessoas. A reforma é necessária, simplifica, mas o ponto do pacto federativo precisa ser levado em consideração. É o que a gente entende".

Sarah Andreozzi, Secretária de Fazenda de Sergipe.

A importância do fisco e a questão federativa

No último dia do Fórum, o secretário da Fazenda do Pará, René Sousa, participou do painel "Administração Tributária: Visão Internacional e o Brasil". Na ocasião, ele afirmou que o FIT é um espaço importante para debater e amadurecer temas relacionados à pauta fiscal:

"Estar no FIT é um prazer enorme porque essa é uma das funções do Fisco: discutir e participar das discussões relativas à tributação. O que acontece aqui são debates muito importantes para que o Fisco fique consciente do seu papel e de sua contribuição para a modernização do país e também para a reforma tributária. E sobre o que virá dos tributos progressivos, tributo de renda e do atual tributo sobre o consumo."

Por fim, a ausência do federalismo nas discussões foi um dos temas debatidos no painel "Questão Federativa e Reforma Tributária", que teve a participação do diretor institucional do Comsefaz, André Horta, e do economista e professor da Unicamp Francisco Lopreato.

"Não invalida a ideia da reforma tributária, que é necessária. Mas, agora, tem um problema que, para mim, salta aos olhos e que foi abandonado ao não se discutir previamente. A reforma tributária não poderia ignorar a desigualdade da federação", pontuou o professor da Unicamp.

No encerramento do FIT, André Horta, afirmou:

"A questão estrutural do federalismo é a recuperação dos estados. De 1963 para cá, reduziu-se 13% da participação das receitas dos estados do agregado de receitas tributárias nacionais, o equivalente a um terço da arrecadação estadual no conjunto federativo. Ou seja, houve uma redefinição política do que o próprio estado pode fazer. Isso é uma tragédia. Os estados precisam recuperar seu espaço de atuação."

"A reforma tributária não poderia ignorar a desigualdade da federação"

Francisco Lopreato, professor do Instituto de Economia da Unicamp.

Remessa Conforme moderniza controle e fiscalização das compras internacionais

Cooperação entre União e estados cria novo sistema de tributação das remessas expressas que pretende acompanhar os novos hábitos de consumo

As compras *on-line* em plataformas de vendas estrangeiras explodiram no Brasil nos últimos anos, especialmente a partir da pandemia. Conhecido como *Cross Border,* o varejo realizado por *sites estrangeiros* tem mudado os hábitos de consumo da população brasileira.

Tendo em vista as novas formas de comprar e a necessidade de modernizar o controle alfandegário para atender a nova realidade, o governo federal, em parceria com os governos estaduais, criou um novo sistema para controle das encomendas que entram no país. O programa Remessa Conforme, em vigor desde o dia 1º de agosto, institui uma sistemática mais moderna para a fiscalização aduaneira, além de promover a justiça tributária, resguardar o comércio nacional e garantir a manutenção de empregos.

"Essa questão das plataformas eletrônicas é uma discussão mundial, não é apenas no Brasil que isso ocorre. Inclusive, alguns países já estão nos procurando para conhecer melhor o sistema que estamos implantando", afirmou o secretário da Receita Federal Robinson Barreirinhas, durante audiência pública realizada em outubro na Câmara dos Deputados para discutir as novas regras.

A participação dos fiscos estaduais foi essencial para colocar em prática o novo sistema. Os estados definiram, no Convênio ICMS 81/2023, uma alíquota única para todas as UFs. Essa harmonização permitiu o sucesso do programa, simplificando a elaboração dos sistemas e o processo de desembaraço aduaneiro.

"O Remessa Conforme está avançando muito rapidamente. Nós tivemos quase 2 milhões de declarações na primeira semana de operação efetiva. O valor dos tributos é repassado pela transportadora e a declaração de importação é preenchida antes do avião pousar no Brasil. No máximo, duas horas antes do avião encostar em solo brasileiro, a Receita já recebeu as informações e determinou qual mercadoria vai para o canal vermelho para fiscalização e qual vai direto para a casa do consumidor", explicou.

O programa Remessa Conforme tem como princípio estabelecer tratamento aduaneiro mais célere e econômico para empresas de comércio eletrônico, especialmente de produtos importados.

De forma geral, todas as compras internacionais são taxadas em 60% sobre o valor das encomendas, além da cobrança do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que teve alíquota nacional unificada em 17%.

Quando a empresa adere ao Programa a cobrança dos impostos é realizada de forma antecipada, proporcionando condições para que as remessas sejam liberadas antes mesmo de sua chegada ao território nacional. O sistema proporciona condições para que a Receita Federal possa tratar as importações com agilidade, facilitando o fluxo. Dessa maneira, as mercadorias não passam mais por Curitiba, local onde está localizada a principal alfândega do país, antes de serem remetidas aos destinatários, seguindo diretamente para o endereço final.

Além disso, a cobrança do imposto de mportação está isenta nas compras de até US$ 50,

"Essa questão das plataformas eletrônicas é uma discussão mundial, não é apenas no Brasil que isso ocorre. Inclusive, alguns países já estão nos procurando para conhecer melhor o sistema que estamos implantando", afirmou o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, durante audiência pública realizada em outubro na Câmara dos Deputados para discutir as novas regras

Robinson Barreirinhas, Secretário da Receita Federal.

desde que os *marketplaces* optem por aderir ao programa e cumpram uma série de requisitos. Entre eles estão: fornecer ao consumidor informações sobre todos os encargos associados, de forma nítida e minuciosa; e destacar na etiqueta a marca e o nome comercial da empresa remetente. De acordo com estimativas da Receita Federal, até metade de setembro, o conjunto das empresas que já foram habilitadas representa cerca de 67% do total de remessas enviadas ao Brasil, de janeiro a julho de 2023.

Por outro lado, os *e-commerces* não aderentes ao Remessa Conforme, continuarão submetidos às regras anteriores, sem nenhum benefício no tratamento tributário, e ao processo mais alongado de desembaraço aduaneiro. Nesse formato, como a mercadoria adentra o território nacional sem adiantar fases do processo de desembaraço, o consumidor receberá a notificação para recolhimento dos tributos após a entrada da remessa no Brasil. Dessa forma, além de mais moroso, não há a mesma transparência na antecipação para o cidadão sobre o valor final da mercadoria.

Desde a criação do Remessa Conforme, os Correios ampliaram de maneira expressiva a

fiscalização dos itens que chegam ao país. Até julho, somente 2% eram declarados, percentual que saltou para 20% em agosto. Já em setembro, 46% das 18 milhões de encomendas internacionais receberam a declaração de importação e recolheram todos os impostos devidos. A meta do governo federal é que 100% das remessas sejam preenchidas até o final do ano.

"Em 2022 foram, praticamente, 180 milhões de encomendas e só foram preenchidas 3 milhões de declarações. Inclusive, o conteúdo exato, quem remeteu e quem recebeu, nós não sabíamos até muito recentemente", alertou Barreirinhas. "Nós tivemos, pela primeira vez, em um único dia, mais de um milhão de registros de importação antecipada no Brasil."

"Os Correios têm sido muito parceiros da Receita Federal nesse trabalho e montaram um sistema de distribuição em São Paulo, que é a porta de entrada da maior parte das mercadorias. De lá, vai direto para o destinatário, sem problema logístico ou de abandono, porque, muitas vezes, o contribuinte que era notificado para pagar o tributo abandonava o produto, porque se sentia lesado", afirmou o secretário da Receita Federal.

Das 180 milhões de encomendas recebidas em 2022

FORAM PREENCHIDAS SOMENTE 3 MILHÕES DE DECLARAÇÕES. JÁ EM SETEMBRO DE 2023, 46% DAS 18 MILHÕES DE ENCOMENDAS INTERNACIONAIS RECEBERAM A DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO.

Segundo Barreirinhas, apesar do pouco tempo que o novo sistema está em vigor, o governo já encontrou possíveis irregularidades nas remessas internacionais. Entre as ações mais comuns utilizadas para burlar o pagamento de tributação, está o envio ao país de compras "fatiadas" em nome de pessoas físicas.

"Ainda é um universo pequeno para chegarmos a algumas conclusões, mas já começamos a ter dados objetivos em relação à distinção, inclusive, do consumidor brasileiro."

Estados unificam ICMS e projetam aumento de receita

A decisão de unificar a alíquota do ICMS incidente sobre remessas do exterior submetidas ao Regime de Tributação Simplificada (RTS) foi essencial para o sucesso do Programa.

A alíquota de 17% foi o percentual que viabilizou a aplicação em todas as Unidades da Federação ainda em 2023. Adotou-se a menor alíquota vigente pela possibilidade de aplicação imediata. Os estados que aplicavam alíquotas superiores concederam redução de percentual para poder viabilizar essa ferramenta de controle das importações muito mais efetiva, ainda neste ano, sem que ninguém fosse submetido ao princípio constitucional da anterioridade tributária. Para 2024, respeitando o prazo para previsibilidade estipulado pela Constituição, o Comsefaz cogitou a possibilidade de renivelá-la.

"Vamos ter incremento de receita com o aumento da fiscalização. Foi uma grande iniciativa que trouxe para a formalidade o negócio das grandes empresas de comércio eletrônico de fora do país. A fiscalização se mostrava inviável. Agora, o processo começa nas plataformas e chega aos Correios de maneira rápida e ágil", analisa o secretário adjunto da Fazenda de Minas Gerais, Luiz Cláudio Gomes.

Para a secretária da Economia de Goiás, Selene Nunes, o novo programa de remessas expressas estimula o cumprimento da legislação tributária e aduaneira e atribui responsabilidades aos Correios. Além disso, Selene também projeta aumento da arrecadação do ICMS, na medida em que o programa aumentou consideravelmente a fiscalização dos produtos comercializados pelas empresas de *e-commerce*.

"O programa possibilitará o aprimoramento significativo dos controles das operações de importação via remessas postais, que representam a maior parte das remessas internacionais. O que se vislumbra é um aumento de receita, tendo em vista que o aprimoramento dos controles das remessas postais permitirá a todos os estados e ao Distrito Federal exigirem imposto que, atualmente, não se consegue exigir", projeta.

"Trata-se de corrigir uma distorção do sistema que permite a entrada de produtos no país sem recolhimento dos tributos devidos"

Selene Nunes, Secretária da Economia de Goiás.

“Vamos ter incremento de receita com o aumento da fiscalização. Foi uma grande iniciativa que trouxe para a formalidade o negócio das grandes empresas de comércio eletrônico de fora do país. A fiscalização se mostrava inviável. Agora, o processo começa nas plataformas e chega aos Correios de maneira rápida e ágil”,

Luiz Cláudio Gomes, Secretário adjunto da Fazenda de Minas Gerais.

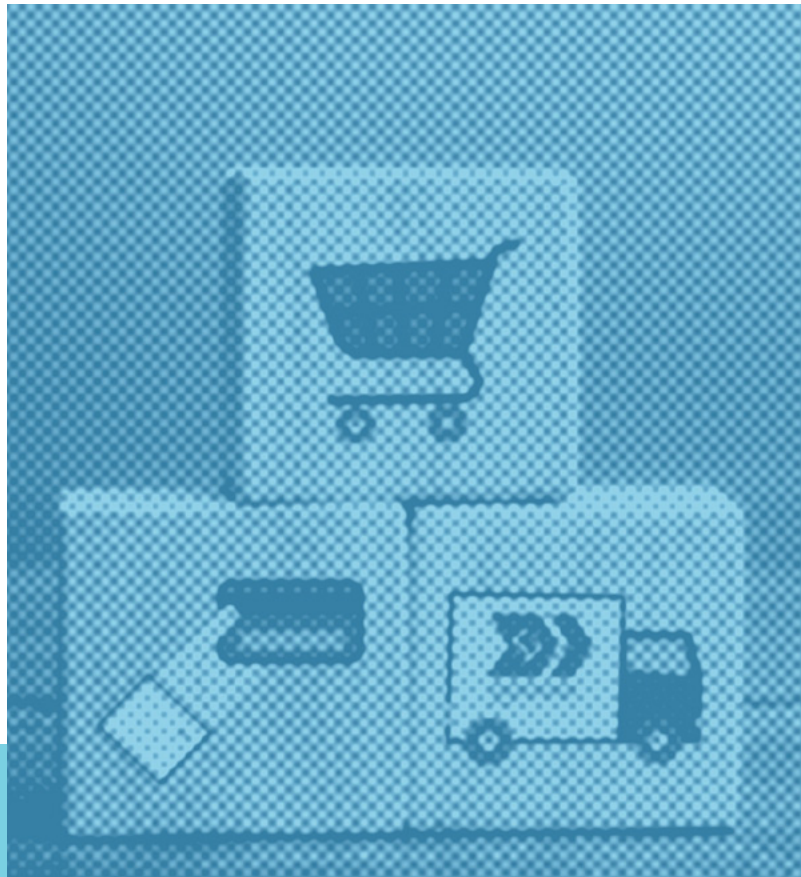
O sistema contribui, também, para proteger o comércio brasileiro e corrige uma injustiça tributária com as empresas do país, que eram obrigadas a recolher um tributo superior aos praticados pelas plataformas internacionais, gerando uma competitividade desigual.

“Certamente essa medida ajuda a proteger a indústria nacional. Não se trata de incentivar o consumo de produtos fabricados localmente em detrimento dos fabricados em outros países, mas de corrigir uma distorção do sistema que permite a entrada de produtos no país sem recolhimento dos tributos devidos”, enfatiza a secretária de Economia de Goiás.

O secretário adjunto da Fazenda de Minas Gerais ressalta que o programa torna os custos locais mais competitivos.

“Os produtos chegavam ao país a preços muito baixos. Os números indicam que a taxa de desistência cresceu muito, o que é natural, e permite ao consumidor optar pelo produto nacional”.

Para o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, mais do que a cobrança do tributo, a preocupação primordial é com a segurança da população. “Quando iniciamos essa gestão, nós encontramos uma situação em que havia um risco para o consumidor e não havia qualquer informação segura do que estava entrando no país. Eu começo a usar o tempo no passado, porque isso já está mudando, de fato”.



COMSEFAZ 360

Conheça mais sobre o dia a dia das secretarias de Fazenda, Finanças, Receita, Tributação e Economia e os resultados em favor do desenvolvimento dos estados brasileiros

ACRE

Compreensão da função socioeconômica do tributo é pauta de Programa de Educação Fiscal no Acre

Amarísio Freitas,
Secretário de Fazenda do Estado do Acre

Um fisco bem preparado é fundamental para o fortalecimento da cidadania, pois consolida o estado com o aparato de recursos que ele precisa para atender aos anseios da sociedade. Dessa forma, pode-se dizer que o estado não funciona sem um fisco forte, pautado pela relação estado-contribuinte, sob uma perspectiva mais cooperativa e menos litigiosa.

Sob essa perspectiva, a secretaria de Estado da Fazenda do Acre (Sefaz/AC), por meio da Escola Fazendária (Efaz), implementou o Programa Estadual de Educação Fiscal (Peef), uma proposta de disseminar nas instituições do poder público e na sociedade em geral, mas, sobretudo, na comunidade escolar, a retórica de que o fisco é fundamental para que o estado possa construir e executar suas políticas públicas.

Uma das mais recentes políticas públicas do estado do Acre relacionadas à função socioeconômica do tributo, o Peef, foi instituído por meio do Decreto estadual nº 10.973, de 24 de janeiro de 2022, fortemente pautado na transparência, ética, integridade, solidariedade e conhecimento.

A iniciativa consiste no desenvolvimento de uma série de ações educativo-preventivas nos segmentos empresarial, organizações da sociedade civil organizada, mas, sobretudo, no âmbito das unidades de ensino. A ideia é tornar crianças e adolescentes agentes transformadores na promoção de uma sociedade livre, justa e solidária.

A intenção é não apenas sensibilizar, mas conscientizar sobre a promoção de uma sociedade mais justa, com a devida assistência que o estado precisa prestar à população, seja na educação, na segurança, na saúde, seja na infraestrutura, pois não existe nenhuma política pública sem arrecadação de tributos.

Estado Democrático de Direito

Com a iniciativa, a Sefaz/AC busca trazer a compreensão sobre essa função social dos tributos, bem como do acompanhamento do gasto público. Esses caminhos são considerados indispensáveis para que as pessoas possam exercer a plena cidadania e entender a importância do Estado Democrático de Direito para as suas vidas.

"Não é interessante em um Estado Democrático de Direito que os contribuintes, somente, paguem os tributos por conta da pressão de pagar multa ou serem executados na Justiça. Por isso, a importância do valor e da legitimidade da educação fiscal. E o papel do Estado é, justamente, diminuir

as desigualdades, adotando políticas públicas que garantam igualdade de condições. Assim, sem tributos não há estado e, sem estado, não há direitos fundamentais como saúde, educação, segurança", ressalta o secretário.

Além de promover um despertar de consciência do cidadão, o programa também pretende disseminar na sociedade o sentimento de pertencimento e autorresponsabilidade em participar, efetivamente, do funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social e fiscal.

Como parte das ações, serão implementadas, ainda, melhorias no ambiente de aprendizagem da plataforma de ensino a distância da Escola Fazendária da Sefaz/AC, com a oferta de cursos na área de educação fiscal e cidadania.

Embora, para muitos, pagar tributo seja apenas um fardo, uma obrigação, a importância social desse recurso arrecadado envolve a concretização dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal e garantem uma vida minimamente digna para todos.

ALAGOAS

Em sete anos, Nota Fiscal Cidadã mudou a vida de milhares de pessoas em Alagoas

Renata Santos,
Secretária de Alagoas

Há sete anos, a campanha Nota Fiscal Cidadã (NFC) da Secretaria de Fazenda de Alagoas (Sefaz-AL) vem fazendo a diferença na vida dos alagoanos. Com 40 sorteios já realizados, essa iniciativa tem sido um sucesso, distribuindo um total de R$ 61,2 milhões em prêmios ao longo desse período.

Promovida pela equipe do Programa de Educação Fiscal (PEF), a campanha foi estabelecida pela Lei Estadual 7.793/2016. Atualmente, ela conta com mais de 377 mil consumidores cadastrados e 122 instituições sociais inscritas e já beneficiou 56 mil pessoas físicas e 120 entidades.

A NFC é mais do que apenas sorteios, é um exercício de solidariedade. Ao se cadastrar na campanha e colocar o CPF nas notas fiscais, os cidadãos têm a oportunidade de compartilhar suas notas com as instituições cadastradas, dobrando suas chances de ganhar nos sorteios, possibilitando, ainda, que as entidades filantrópicas também concorram e atuem mais incisivamente em diversas áreas sociais.

Com isso, a Nota Fiscal Cidadã vai além, promovendo a cidadania e ajudando na construção de uma nova Alagoas, e está mudando vidas e o futuro do estado. É um exemplo de como a participação ativa dos cidadãos pode fazer a diferença em suas comunidades. Os consumidores recebem, ainda, até 10% dos tributos arrecadados por meio do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pelos estabelecimentos comerciais.

Com zelo e dedicação, a Sefaz-AL reconhece o poder transformador da cidadania fiscal e sua contribuição para o bem-estar da sociedade.

ESPÍRITO SANTO

Cerco Inteligente: tecnologia gera informação em tempo real e revoluciona combate à evasão fiscal no transporte de mercadorias

Benicio Costa,
Secretário de Estado da
Fazenda do Espírito Santo

Por meio da utilização de tecnologia de inteligência artificial, que garante a identificação de diversas características de veículos que circulam pelas vias capixabas, o Cerco Inteligente já se consolidou como uma importante ferramenta de prevenção e combate à evasão fiscal no Espírito Santo.

Implementado, inicialmente, em 19 pontos de captação de imagem na Região Metropolitana da Grande Vitória, em 2022, a ferramenta dispõe, atualmente, de 1.650 câmeras instaladas em 290 pontos localizados nas divisas com outros estados e entre os 78 municípios capixabas.

Os dados captados são processados pela Secretaria da Fazenda (Sefaz) e também pelas Secretarias da Segurança Pública e Defesa Social (Sesp) e do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama), além do Departamento Estadual de Trânsito do Espírito Santo (Detran/ES).

O combate à evasão fiscal ocorre por meio da identificação de veículos de carga que estejam trafegando sem nota fiscal. O Cerco Inteligente cruza as informações dos veículos com a base de dados dos documentos fiscais eletrônicos.

"É um importante avanço na fiscalização de mercadorias em trânsito, possibilitando a identificação das infrações previamente às abordagens e blitz. O Cerco Inteligente otimiza e torna mais assertivas as ações de fiscalização", ressaltou o secretário de Fazenda, o auditor-fiscal Benicio Costa.

Em abril, por meio de informações levantadas com o apoio do Cerco Inteligente, a Sefaz apreendeu mais de R$ 500 mil em mercadorias – cerveja, uísque, gin, energético e vodka – sem documento fiscal, em um galpão na Região Metropolitana. Com imagens de alta qualidade e informações com precisão de 97%, o Cerco Inteligente permite acompanhar a rota dos veículos de carga, verificar as suas características e identificar indícios de irregularidades.

"Com isso, conseguimos direcionar a fiscalização para realizar as abordagens nos casos em que há suspeita de sonegação, ou checar denúncias que envolvam um determinado veículo de carga, por exemplo. Além disso, a ferramenta auxilia na obtenção de evidências de irregularidades, garantindo maior segurança jurídica. O Cerco Inteligente tem gerado bons resultados e tem sido cada vez mais utilizado no cotidiano das atividades fiscais", destacou Benicio Costa.

GOIÁS

Novo sistema de Infotrânsito de Goiás é reconhecido no Brasil e no exterior como uma ferramenta tecnológica eficiente no combate à sonegação fiscal

Selene Nunes,
Secretária da Economia de Goiás

A mais recente ferramenta tecnológica de fiscalização de mercadorias em trânsito no estado de Goiás, o Infotrânsito, implantada pela Secretaria de Estado da Economia, entrou em operação em abril deste ano e já ganhou destaque no Brasil e no exterior. A partir da leitura das placas dos veículos, os dados são capturados, cruzados e atualizados em tempo real para levantar informações sobre documentação fiscal, peso e itinerário.

O número de autuações referentes ao ICMS em Goiás, com o auxílio do Infotrânsito, aumentou 99% em relação ao ano de 2022. O plano é ampliar o alcance da ferramenta, seguindo a premissa de que "a tecnologia é uma forte aliada da fiscalização, eficaz no combate à sonegação, mas só alcança o resultado esperado com o trabalho do auditor-fiscal na ponta", enfatizou a subsecretária da Receita Estadual, Lilian Fagundes

O Sistema de Trânsito da Economia – Infotrânsito, foi apresentado pela auditora-fiscal, Giovana Amorim, na SAS Explore 2023, evento tecnológico internacional realizado no Estados Unidos, quando destacou o papel do SAS Enterprise Guide e do SAS Visual Analytics no projeto. "Essa troca de experiências foi enriquecedora, uma excelente oportunidade de aprendizado para aplicação no aperfeiçoamento dos projetos da Secretaria de Economia. O investimento em tecnologia, além de otimizar nossos processos, ainda gera um incremento de receita para que o estado possa investir em políticas públicas aos nossos cidadãos", afirmou Giovana Amorim.

Auditores-fiscais do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Alagoas, Piauí, Tocantins e Pará estiveram em Goiânia (GO) para conhecer o novo sistema, com a ideia de implantar a novidade tecnológica em seus estados. "Já trocamos pilhas de papéis pela nota fiscal eletrônica, mas não podemos ficar parados. Precisamos melhorar sempre, até porque os sonegadores também já aprenderam a fazer fraude eletrônica", frisou o superintendente de Controle e Auditorias, Marcelo Mesquita.

Infotrânsito

O Infotrânsito consiste em um sistema de fiscalização seletiva inteligente que se utiliza de antenas com reconhecimento ótico de caracteres (OCR), instaladas em pontos estratégicos para a fiscalização de cargas em trânsito. "Muita gente aposta na ineficiência do estado. Quero parabenizar vocês que estão à frente desse processo. Quem apostar na incompetência do estado vai cair do cavalo", destacou o governador, Ronaldo Caiado, em visita à Secretaria da Economia, oportunidade que aproveitou para conhecer as funcionalidades do sistema.

A secretária de Estado da Economia, Selene Peres Peres Nunes, explicou que o objetivo do Infotrânsito, antes de autuar, é inibir a sonegação fiscal. "Nosso maior objetivo não é autuar, mas evitar a sonegação a partir da percepção de risco de que não compensa sonegar, porque nós estamos de olho."

Estrutura

O governo do estado, por meio da Secretaria da Economia, conta com 739 antenas com reconhecimento ótico de caracteres (OCR) instaladas nas rodovias estaduais e federais para uma fiscalização seletiva inteligente de combate à sonegação fiscal. O projeto está em fase de expansão com a instalação de mais 42 antenas, 10 balanças eletrônicas e um convênio com a PRF para o compartilhamento dos dados de mais 78 antenas localizadas em pontos estratégicos. O sistema está sendo desenvolvido pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) e Superintendência de Controle e Auditorias (SCA).

Na prática, em apenas 6 segundos, a placa do veículo de transporte é capturada, os documentos fiscais detectados e validados e as informações enviadas para um aplicativo, na palma da mão do auditor-fiscal. O aplicativo mostra, também, um mapa detalhado de todo o trajeto percorrido pelo veículo. O objetivo é disponibilizar o maior volume possível de informação para o auditor-fiscal, com acesso fácil e rápido para tornar a fiscalização mais efetiva.

Para se ter uma ideia do alcance do sistema, no posto de fiscalização de Itumbiara (GO), o maior de Goiás, passam dois mil caminhões por dia. Com a nova tecnologia é impossível fiscalizar todos esses veículos e ainda direcionar a fiscalização para os casos específicos de alerta de irregularidades apontados pelo Infotrânsito.

PARANÁ

Portais transformam gestão fiscal e estreitam relações com municípios no Paraná

Renê Garcia Junior,
Secretário da Fazenda do Paraná

O governo do Paraná, por meio da Receita Estadual e da Secretaria da Fazenda, está transformando toda a gestão fiscal do estado. Recentemente, foram colocados no ar dois portais que facilitam os pagamentos de tributos em um único lugar e estreitam o relacionamento e a troca de informações com os 399 municípios do estado. Ambos os *sites* foram desenvolvidos em parceria com a Celepar (Companhia Paranaense de Tecnologia da Informação e Comunicação).

O novo Portal de Pagamentos de Tributos é um sistema unificado que permite a emissão de Guias de Recolhimento do Paraná (GR-PR) para diversos tipos de pagamentos, inclusive taxas de inscrição de concursos, restituições, depósitos, além dos tributos estaduais.

Para o contribuinte, o novo portal representa uma grande vantagem, pois a modernização traz clareza nas informações, segurança no acesso e uma interface mais amigável. Ao acessar o *site*, basta o usuário indicar que tipo de recolhimento deseja fazer aos órgãos públicos do estado que a guia é gerada. Mesmo no caso de taxas extraordinárias, o próprio contribuinte pode informar o valor a ser pago.

"Com o novo portal e a modernização da gestão fiscal, a Fazenda e a Receita Estadual dão mais um passo rumo à eficiência de seus processos, beneficiando tanto o estado, quanto seus contribuintes. A iniciativa facilita o dia a dia dos cidadãos que precisam realizar pagamentos e transações junto ao governo estadual, além de fortalecer a arrecadação e a aplicação dos recursos", diz o secretário da Fazenda, Renê Garcia Júnior.

O portal dos municípios possibilita o acesso a informações econômicas e fiscais a partir da troca de dados fiscais entre prefeituras e estado, permitindo que as prefeituras acessem, por exemplo, a Declaração de Informações de Meios de Pagamentos (DIMP) e o Índice de Participação dos Municípios no ICMS.

O objetivo do governo do estado é disponibilizar informações e relatórios econômico-fiscais atualizados, quanto aos tributos de sua competência, e que sejam de interesse de cada um dos municípios.

O instrumento possibilita, ainda, melhor gestão da realidade econômica de cada cidade e poderá auxiliar nas questões de ordem fiscal, contribuindo para facilitar as decisões dos gestores e para a eficácia da fiscalização e arrecadação municipal.

PIAUÍ

Piauí conquista o 1º lugar do país em evolução no Ranking Siconfi

Emílio Júnior,
Secretário da Fazenda do Piauí

O estado do Piauí recebeu do Tesouro Nacional o Prêmio Qualidade da Informação Contábil e Fiscal por melhor grau de evolução do país no *Ranking* do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi 2023). A solenidade aconteceu no último dia 21 de setembro, no auditório do Ministério da Fazenda (bloco P), Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF).

Na ocasião, o secretário estadual da Fazenda, Emílio Júnior, e o diretor da Unidade de Controle Contábil, Bruno Cardoso, receberam a premiação das mãos do secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda do Brasil, Rogério Ceron de Oliveira.

"Dedico esse prêmio a todos os servidores da Secretaria Estadual da Fazenda do Piauí, especialmente do Tesouro Estadual, pelo esforço e comprometimento com o desenvolvimento do estado do Piauí. Também agradeço ao governador, Rafael Fonteles, pelo apoio e confiança na equipe da Fazenda. Esse reconhecimento nacional deixa-nos muito felizes porque o objetivo maior é que essa informação possa se tornar mais transparente e útil para a sociedade", disse o secretário, Emílio Júnior.

O superintendente do Tesouro da Fazenda Estadual, James Lane Sousa, agradeceu o trabalho e dedicação de toda a equipe, ressaltando a importância do resultado da evolução para o estado, uma vez que, além de permitir maior controle social da aplicação dos recursos públicos, esse avanço também é importante para atração de novos investimentos para o Piauí. "E essa análise, ainda, será utilizada para fins de apuração e análise da Capacidade de Pagamento do Estado, caso o mesmo queira, por exemplo, solicitar recursos de operações de crédito ou empréstimos com o objetivo de realizar novos investimentos para desenvolver o Piauí e melhorar a qualidade de vida da população", explica James Sousa.

Vale ressaltar que os entes são premiados por terem obtido a maior evolução de um ano para o outro. Na categoria Estados e Distrito Federal, apresentaram maior grau de evolução: o Piauí (1º lugar), com aumento de 7,22 pp nos acertos; Rondônia (2º lugar), com aumento de 7,15 pp; e Minas Gerais (3º lugar), com aumento de 7,04 pp.

O Piauí também foi premiado como o Selo "QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL E FISCAL - 2023" por ter obtido nota A (Aicf) no Indicador da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (ICF) no Siconfi. No *ranking* geral, conquistou o 8º lugar entre todos os estados do país, obtendo o percentual de 95,55%.

Finanças estaduais em retrospectiva: algumas reflexões

Priscila Kaiser*

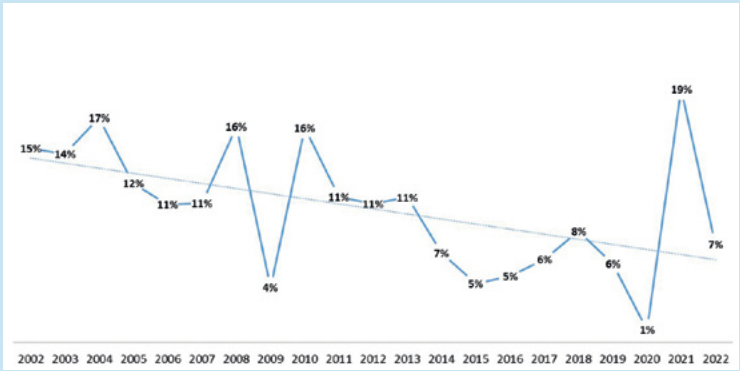
O ano de 2023 tem sido desafiador para os gestores públicos. Nos últimos anos, tem faltado dinheiro para construção e manutenção de hospitais e escolas. Muitas vezes há atrasos no pagamento de salários de policiais, professores e nos benefícios de aposentados e pensionistas.

O que tem acontecido? Bem, certamente a resposta não é uma só. Temos observado nas últimas duas décadas que as relações intergovernamentais no nosso país têm sido determinadas por fortes desequilíbrios fiscais e econômicos, com destaque para a dependência econômica dos governos subnacionais à União, inexistência de autonomia tributária e de coordenação quanto ao fornecimento de bens e serviços públicos – enfraquecendo o federalismo fiscal.

Os estados brasileiros têm sofrido um processo de enfraquecimento fiscal-financeiro com reflexos no investimento, na dívida pública e no desenvolvimento social. Em parte, podemos atribuir a atual situação do federalismo a um processo simultâneo de centralização de receitas e descentralização de atribuições, no qual os estados brasileiros foram gradualmente se enfraquecendo. Esse processo de mudança estrutural, iniciado na década de 1980, modificou o arranjo federativo e colocou a União no centro das relações federativas.

% de Crescimento da Receita Tributária dos Estados, em relação ao ano anterior

Fonte: RFB, elaboração própria.



O orçamento dos estados tornou-se engessado dadas as atribuições e as obrigações impostas pelo arcabouço institucional vigente. Para Lopreato (2013), a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) trouxe ordenamento às finanças públicas dos entes federativos. No entanto, os estados perderam força, dada sua incapacidade de alavancar investimentos públicos através de receitas próprias e, ao mesmo tempo, estar em consonância com as regras estabelecidas pela LRF.

Com isso, os estados têm visto sua participação relativa no bolo tributário decair gradualmente nas últimas décadas, seja por uma expansão mais acelerada das receitas municipais e da União, neste caso puxada pelas contribuições sociais não partilhadas, seja pela erosão de sua principal base tributária, do ICMS, fruto da guerra fiscal, das renúncias de receita e também da competição com o ISS.

A partir de 2017, os estados brasileiros vinham apresentando contínua melhora fiscal. Os anos de 2018 e 2019 foram marcados por uma combinação de recuperação econômica e bom desempenho do setor de petróleo, com alta dos preços em 2018 e aumento da produção em 2019, fatores que impulsionaram as receitas de ICMS e de *royalties*.

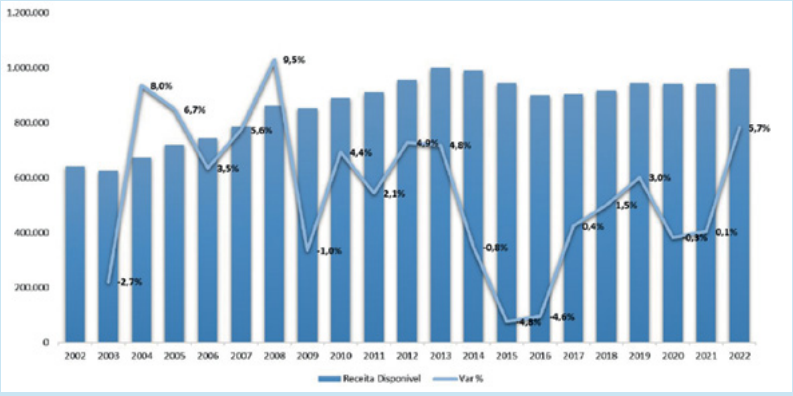
A melhora fiscal observada em 2022 foi fruto principalmente de medidas tomadas ao nível federal que resultaram em perdas de receitas e aumento de gastos. A combinação de auxílios federais (direto para fortalecimento de caixa dos estados e indireto para suporte à renda das famílias) e isolamento social acabou gerando forte migração do consumo de serviços para bens, o que impulsionou consideravelmente as receitas de ICMS foi interrompida a partir do 2º semestre de 2022.

A redução das alíquotas de ICMS sobre as chamadas *blue-chips*, o reajuste salarial de diversas categorias de servidores e a elevação dos investimentos em meio ao ano eleitoral impactaram negativamente o resultado fiscal dos estados. Decisões também tomadas ao nível federal, como as leis complementares 192 e 194 de 2022, que mudaram a sistemática de cobrança do ICMS sobre combustíveis, energia e telecomunicações e pisos salariais de professores, com impactos relevantes na folha estadual.

Assim, desde o final do ano passado os estados vêm implementando diversas ações de recuperação de receitas, como aumento das alíquotas modais do ICMS, recomposição de tributos sobre combustíveis, retomada da incidência do ICMS sobre tari-

Receita Corrente Líquida dos Estados, em milhões, valores corrigidos pelo IPCA

Fonte: SICONFI, elaboração própria.



fas de transmissão e distribuição de energia elétrica (TUST e TUSD) e revisão do acordo de compensação da União aos estados decorrente das perdas de receitas incorridas no 2º semestre do ano passado.

Apesar das medidas tomadas, o ano de 2023 iniciou-se circunscrito pela queda na arrecadação estadual, impondo desafios. Desde o final do ano passado, os estados vêm implementando diversas ações de recuperação de receitas ligadas ao ICMS, mas não contávamos com a forte queda dos repasses do FPE no 2º semestre de 2023.

O primeiro decêndio de outubro, calculado com base na arrecadação dos últimos 10 dias de setembro, mantém a tendência de queda observada nos primeiros decêndios de julho, agosto e setembro – somando cerca de R$ 3,6 bilhões de perdas. A queda registrada no FPE é explicada pelo expressivo aumento das restituições (129,4% ou +R$ 2,9 bilhões) e pela redução, de 24,7% (-R$ 3,3 bilhões) da arrecadação do IRPJ nacional – ou seja, a redução do lucro das empresas, em especial do setor de *commodities*.

% de Variação 2022-2023 do FPE, por decêndio, valores nominais

Decêndio	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
1º	-4,3%	8,6%	2,6%	-10,1%	-1,2%	0,3%	-32,4%	-20,3%	-28,2%	-13,3%
2º	46,7%	5,1%	20,2%	31,3%	39,4%	-3,8%	39,1%	39,5%	-4,9%	-
3º	23,6%	8,4%	16,4%	24,0%	9,3%	23,1%	19,6%	7,9%	40,4%	-

Fonte: STN, elaboração própria.

Os dados fiscais relativamente fracos do primeiro semestre solidificam a expectativa de desempenho modesto para os estados em 2023. O desarranjo institucional federativo que temos acompanhado exige soluções bastante complexas e que precisam ser pensadas e implementadas em um longo prazo. Entretanto, é imperativo que os entes subnacionais – que realizam mais de perto as políticas públicas de promoção social – tenham autonomia e que ela possa ser financiada por uma participação mais eficiente na receita tributária nacional.

* *Economista, pesquisadora e especialista em finanças públicas*

A defesa dos estados em meio às nuances do processo legislativo

A importância da integração interna para a conquista das pautas estaduais

Por Jorgina Guimarães*

O processo legislativo é uma arena que abriga os diversos interesses envolvidos em torno das dezenas de proposições que ingressam todos os dias no parlamento. Buscar consensos para obter êxito dentro desse plano é um desafio diário e constante da atividade parlamentar-legislativa.

Estabelecer relações construtivas com os órgãos governamentais, entidades representativas e diversos setores produtivos e econômicos requer habilidades no exercício das ações que garantem o equilíbrio do pacto federativo entre as três esferas de poder, bem como preservar e desenvolver os serviços públicos fornecidos pelos estados à sociedade.

Ao longo das últimas décadas, os estados têm enfrentado perdas significativas em suas receitas, tais como as vividas recentemente com a edição das Leis Complementares 192 e 194/2022, responsáveis, até o momento, por reduzir a arrecadação estadual no montante de R$ 102 bilhões. Apesar de todo o esforço dos estados em demonstrar a necessidade da manutenção das receitas previstas constitucionalmente para fazer frente as suas competências, tais perdas foram injustamente impostas, afetando a capacidade dos entes subnacionais de responderem aos anseios sociais.

Despesas impostas sem as respectivas fontes de custeio também foram determinadas aos estados, como o piso da enfermagem, que, apesar de reconhecida a grandeza da categoria, diante da vultosa obrigação estipulada, foi necessária a intervenção do Supremo Tribunal Federal (STF) para estabelecer diretrizes para o seu cumprimento. Alterações na Constituição que proíbem criação de despesa sem previsão de fontes de custeio foram definidas pela EC 128/2022, em dezembro de 2022, no entanto, projetos de outras categorias seguem tramitando rapidamente dentro do Congresso, indicando que outras obrigações poderão ser impostas com o mesmo viés.

O processo legislativo brasileiro é bicameral, o que pode exigir um longo caminho entre as casas legislativas do Congresso Nacional. Embora façam parte do mesmo sistema legis-

lativo, a forma de representação política faz cada casa ter um direcionamento. Enquanto a Câmara tem seus membros definidos de forma proporcional à população de cada estado, representando, assim, o povo, os senadores são eleitos pelo voto majoritário e representam a federação, com três membros de cada estado.

Proposições legislativas são apresentadas diariamente, totalizando, atualmente na Câmara, mais de 37 mil; quase 5 mil no Senado; e cerca de 300 no Congresso Nacional (vetos, medidas provisórias, projetos de lei orçamentários). A busca por apoio entre os parlamentares se estabelece a partir da cuidadosa observação do cenário conjuntural e da análise do custo político dos temas e das suas urgências dentro de perspectivas que analisem a necessidade da manutenção de recursos estaduais e a defesa de relações federativas equilibradas.

O fortalecimento do papel das relações governamentais e institucionais se torna imprescindível para buscar o pleno cumprimento do pacto federativo diante dos processos legislativo e político colocados. Nesse cenário, fazem parte das atividades diárias a comunicação entre as entidades representativas e o poder público; o planejamento e a definição de estratégias; e o acompanhamento da conjuntura política e social, com vistas a reduzir os riscos e ampliar as oportunidades para a manutenção das receitas estaduais.

Levar a mensagem e o posicionamento dos estados não é uma tarefa simples de ser realizada, diante da dimensão dos impactos das decisões que podem ser tomadas. Portanto, o fortalecimento da atuação parlamentar-legislativa passa pela integração das áreas internas da entidade, o que favorece a clareza e a precisão dos subsídios técnicos apresentados aos *stakeholders* dos Poderes Legislativo e Executivo.

Nesse sentido, a área de economia levanta os dados e previsões para uma análise de impacto real; o jurídico identifica a repercussão constitucional e legal das proposições; o financeiro realiza as provisões orçamentárias para realização de ações, tais como seminários, pesquisas e publicação de dados; a área de comunicação dá publicidade ao posicionamento, fortalecendo a missão do Comitê; e o setor administrativo, que possibilita a operacionalização das ações de forma integrada, somada à participação de consultoria política com *expertise* na atuação junto ao Congresso, responsável pelo monitoramento e acompanhamento ativo dos temas de interesse dos estados.

A integração de toda a estrutura permite que as estratégias e possibilidades sejam melhor analisadas pela diretoria institucional, de modo a levar aos secretários de Fazenda diagnósticos das proposições e que permitam aos membros do Comitê elaborar um posicionamento assertivo acerca dos temas em discussão.

As interações internas e a ponderação do cenário conjuntural permitem a definição de estratégias de atuação mais adequadas para atuação no processo legislativo, o que inclui a análise das possibilidades de ação e seu custo-benefício.

A atuação institucional se robustece com a soma dos esforços de todas as áreas do Comitê de forma orquestrada, construindo relações positivas com o Poder Público e setores da economia, por meio da articulação e interlocução, no intuito de planejar e viabilizar ações estratégicas que contribuam para progresso dos estados brasileiros e para relações federativas saudáveis e equilibradas.

*Assessora parlamentar-legislativa do Comsefaz

Educação Fiscal no Brasil: uma história de avanços, retrocessos, resistência e reconstrução

Betânia Lemos*

A Educação Fiscal envolve uma série de ações de natureza educativa que visam, por um lado, desenvolver uma consciência coletiva acerca da importância e da necessidade de pagamento de tributos e, por outro, sensibilizar e mobilizar a população para acompanhar e fiscalizar o retorno desses tributos para a sociedade. Como tudo que envolve o exercício pleno da cidadania em democracias jovens como a nossa, a trajetória de formação de cidadãos que compreendam a função socioeconômica dos tributos; o papel do Estado como prestador de serviços à população; e a participação social nesse processo é marcada por avanços, retrocessos, resistência e reconstrução.

Um pouco de história

A iniciativa de implantar um programa de atuação permanente e de abrangência nacional sobre a conscientização tributária para a cidadania surgiu em reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, em 1996. Em 1998, o grupo foi oficialmente criado por meio de portaria do Ministério da Fazenda.

Em 31 de dezembro de 2002, por meio da Portaria Interministerial 413 – MF/MEC, o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) foi estabelecido. Essa portaria também atribuiu a responsabilidade de sua implementação ao Grupo de Trabalho Educação Fiscal (GEF), composto por representantes do Ministério da Educação (MEC), da Escola de Administração Fazendária (ESAF), da Secretaria da Receita Federal, da Secretaria do Tesouro Nacional, da Secretaria de Fazenda e da Secretaria de Educação de cada Unidade da Federação e do Distrito Federal. Esse normativo definiu, ainda, a estrutura de governança e as atribuições de cada agente, a exemplo da ESAF como coordenadora, e a secretaria executiva e tendo como órgãos vinculados o Grupo de Educação Fiscal nos Estados (GEFE), o Grupo de Educação Fiscal da Secretaria da Receita Federal (GEFF) e o Grupo de Educação Fiscal dos Municípios (GEFM).

Por fim, em 2017, o GEF alcançou uma grande conquista. Após anos de debate, a Educação Fiscal passou a integrar a Base Nacional Comum Curricular apresentada pelo MEC como tema transversal e integrador para fomentar a cidadania fiscal.

Ao longo de sua existência, o PNEF se consolidou no âmbito das três esferas de governo com vistas à promoção da Educação Fiscal para o pleno exercício da cidadania, à sensibilização do cidadão para a função socioeconômica do tributo, à entrega de conhecimento à sociedade sobre a administração pública e à criação de condições para uma relação harmoniosa entre Estado e cidadão.

GT - 66: um símbolo de resistência

Quase vinte anos depois, logo no início de seu governo, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro extinguiu colegiados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, o que atingiu diversos grupos e comitês que atuavam como representantes do governo e da sociedade civil, entre eles o GEF. Além disso, a Esaf foi incorporada à Escola Nacional de Administração Pública (Enap), o que culminou na extinção da Coordenação e da Secretaria Executiva do GEF.

A proibição aos servidores públicos federais de participarem de grupos de trabalho, entretanto, não levou à descontinuidade do GEF. Os representantes das Secretarias Estaduais de Fazenda continuaram se reunindo e mantiveram-no vivo, por meio do GT 66 - Educação Fiscal. O GEF nunca deixou de atuar, embora tenhamos vivido quatro anos de ausência do governo federal de sua estrutura.

O papel da Enap na reconstrução

No ano de 2023, com o terceiro mandato do presidente Lula, a Enap passou a contribuir com o GT 66 - Educação Fiscal, que na prática se responsabilizou por manter vivas as políticas definidas no PNEF. A Escola não possui competências de coordenação e nem de secretariado, como a Esaf, porém conta com representantes dentro do grupo, que dão suporte à promoção de ações educacionais e premiações. O governo federal volta, então, a integrar esse grupo e conta com a Enap no processo de reconstrução da parceria interfederativa.

Como exemplo, a Enap é parceira no Prêmio Nacional de Educação Fiscal, que é promovido pela Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite). Considerado um dos mais importantes prêmios de educação fiscal no país, a cada edição, o concurso cria robustez tanto na quantidade quanto na qualidade e na diversidade das propostas inscritas. Este ano, 93 projetos foram classificados na etapa estadual e foram recebidas 253 candidaturas, com representatividade expressiva: 20 estados e o Distrito Federal. No final deste ano, a Enap sediará a premiação da edição de 2023.

Além de sua participação no prêmio, a Escola Virtual de Governo (EV.G), disponibiliza cursos que promovem a Educação Fiscal. Eles são gratuitos, abertos a toda a população e contam com certificação. Dessa forma, a Enap, por meio de parcerias institucionais, contribui com a formação de cidadãos e servidores públicos nessa temática de grande relevância para o exercício da cidadania e para a promoção dos interesses coletivos.

*Presidenta da Escola Nacional de Administração Pública (Enap)

SAIBA+

Presidente do Comsefaz participa de seminário Internacional na Áustria

O presidente do Comsefaz, Carlos Eduardo Xavier, representou o Comitê em um evento internacional realizado na Áustria. O seminário *Administração Tributária Digital: Explorando o Potencial da Tecnologia* ocorreu entre os dias 25 e 28 de setembro, em Viena.

Promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Centro Global de Política Tributária da Universidade de Viena Economia e Negócios (WU GTPC), o encontro contou com a participação de especialistas e de pesquisadores de várias partes do mundo, como Estados Unidos, Coreia do Sul, Áustria, Inglaterra, Brasil, Uruguai, Colômbia, Jamaica, República Dominicana, Equador, Peru, entre outros países.

Durante os debates, os participantes avaliaram o potencial das novas tecnologias para a administração tributária, como ferramentas de análise de dados, *big data*, aprendizado de máquina, inteligência artificial e criptomoeda; análise do papel da gestão de dados no cumprimento fiscal; debate sobre o quadro global e os critérios para avaliar a eficácia das administrações fiscais digitalizadas.

SAIBA+

Comsefaz celebra dia do auditor fiscal com campanha sobre a importância do imposto

O Comsefaz celebrou, em 21 de setembro, o Dia do Auditor Fiscal com uma campanha reforçando a importância do imposto para a melhoria da vida das pessoas.

Divulgado nas redes sociais, o vídeo de 1 minuto destacou que uma vida sem impostos é uma vida sem serviços públicos básicos como saúde, educação e segurança, ou até mesmo sem organização de tráfego, coleta de lixo e iluminação pública.

Com a campanha, além de saudar o auditor fiscal como profissional que garante recursos públicos para áreas essenciais e oportunizam os institutos que nos organizam, como o Direito, a garantia da propriedade e o usufruto da liberdade, o Comsefaz fez um convite à reflexão da sociedade lembrando que sem imposto não há estado e sem estado, não há cidadania.

A Constituição do Federalismo: Comsefaz lança campanha em homenagem aos 35 anos da Constituição de 1988

O Comsefaz celebrou os 35 anos da Constituição Federal com uma campanha nas redes sociais ressaltando a importância da Carta Magna para o país.

Elaborada por uma assembleia constituinte, o texto foi promulgado pelo Congresso Nacional em 5 de outubro de 1988 e redefiniu as bases do federalismo com base nas competências da União, dos estados e dos municípios. Ainda restabeleceu os limites dos três Poderes da República, além dos direitos e deveres, individuais e coletivos, das cidadãs e dos cidadãos brasileiros.

Secretários de Fazenda e membros do colegiado do Comsefaz foram ouvidos sobre a importância da Constituição Federal para a consolidação do pacto federativo brasileiro e gravaram vídeos a respeito do conjunto de leis que transformou o país e que ainda hoje é reconhecido como a Constituição Cidadã.

Comsefaz participa da entrega do Prêmio Qualidade da Informação Fiscal e Contábil 2023

O secretário de Fazenda do Distrito Federal, José Itamar Feitosa, representou o Comsefaz na entrega do troféu "Qualidade da informação Contábil e Fiscal 2023", *ranking* promovido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O evento foi realizado no dia 21 de setembro, no auditório do Ministério da Fazenda. O prêmio concedido teve como referência os resultados obtidos em 2022.

Foram premiados os estados e municípios que obtiveram a melhor pontuação em cada categoria, além dos entes que mais evoluíram de um ano para outro. Pelos estados, Goiás, Rondônia e Espírito Santo ficaram em primeiro, segundo e terceiro lugar, respectivamente.

COMSEFAZ

COMITÊ NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DE FAZENDA DOS ESTADOS E DO DF

COMSEFAZ COM VOCÊ

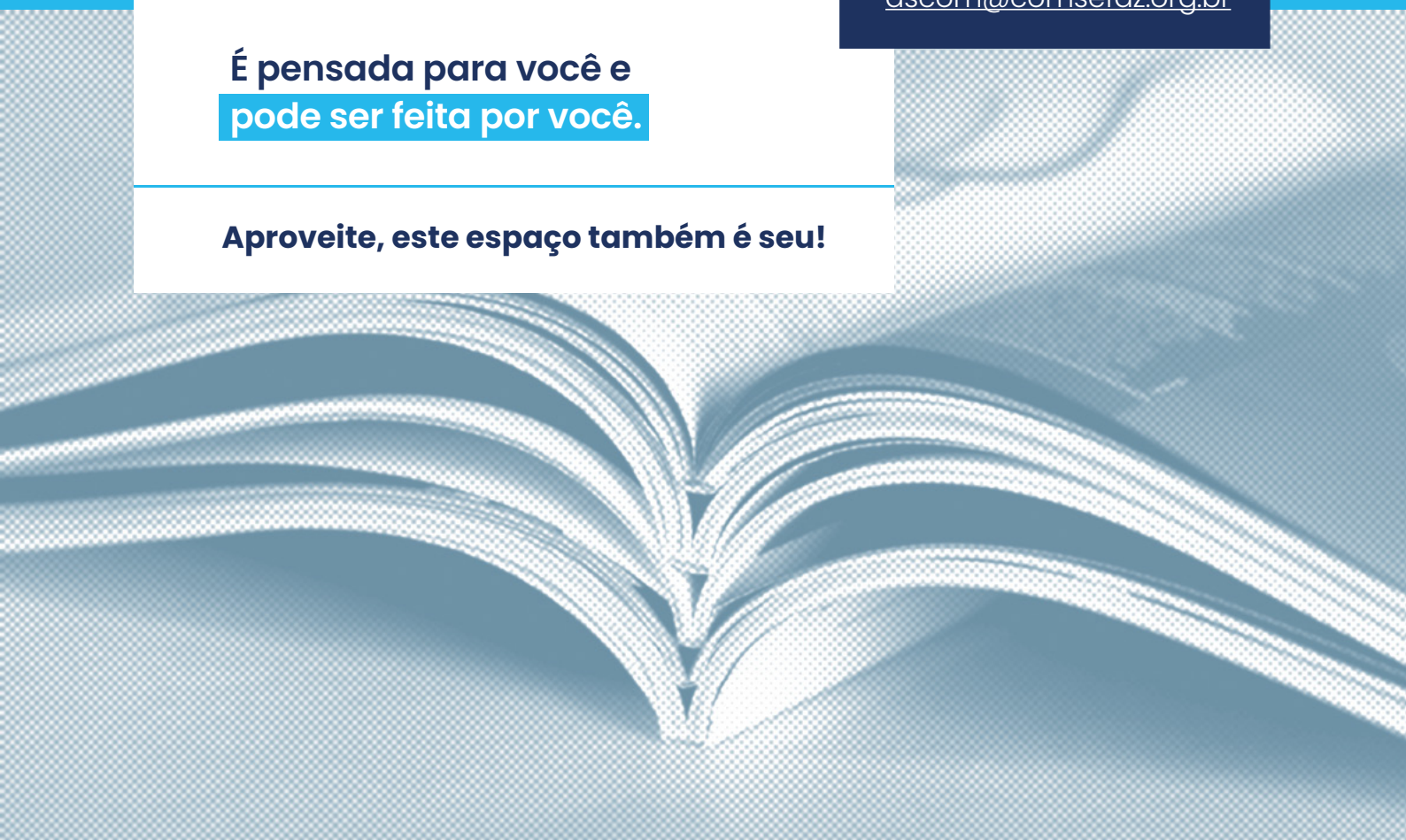
A Revista Comsefaz é mais uma ferramenta para integrar as secretarias de Fazenda dos estados e do Distrito Federal.

É pensada para você e pode ser feita por você.

Tem sugestões de matérias, artigos ou outros conteúdos?

Envie um e-mail para ascom@comsefaz.org.br

Aproveite, este espaço também é seu!



Quer acompanhar o trabalho do Comsefaz em tempo real?

Estamos nas principais redes sociais!

O COMSEFAZ TÁ ON

COMSEFAZ

Siga nossos perfis

/comsefaz

@comsefaz

@Comsefaz

Comsefaz

www.comsefaz.org.br